



# Anais da Assembléia

N.º 112

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 13 DE SETEMBRO DE 1977

ANO III

## 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 169ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE SETEMBRO DE 1977

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados José Domingos Scarpelini e David Federmann.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Del Ciel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Marros Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglío, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Sampaio, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Erondy Silvério, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, e Wilson Fortes (48); achando-se ausentes os Senhores Deputados Ivan Rüppel, Aguinaldo Pereira Lima, Edilson Alencar, Egon Pudell, Maurício Fruet e Osvaldo Macedo (06).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2o. SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO 3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 211/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 49/77, ex-Proposição no. 194/77, aprova convênio e respectivos termos aditivos celebrados entre o Ministério da Educação e Cultura, através do Departamento de Ensino Supletivo e o Estado do Paraná, através de sua Secretaria competente, objetivando implementação do Projeto LOGOS II — habilitação de professores não titulados, conforme especifica. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — APROVADO.

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição no. 444/77, Veto apostado ao Projeto de Lei no. 60/75, de autoria do Deputado LINEU TURRA, inclui no Plano de Obras do Estado, para execução em caráter prioritário, a construção de um prédio de alvenaria, com nove salas de aula, no Colégio Agrícola "GETÚLIO VARGAS", da cidade de Palmeira. Parecer Favorável da C.C.J., pela manutenção do Veto, por unanimidade. —

OFÍCIO No. 99/77 Curitiba, 11 de julho de 1977.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício no. 47/77, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa., que, usando da atribuição que me confere o artigo 47, inciso III, e na conformidade do disposto no § 1o. do artigo 28, am-

bos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei no. 60/75, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Visa o autógrafo incluir no Plano de Obras do Estado, para execução em caráter prioritário, a construção de um prédio de alvenaria, com nove (09) salas de aula, no Colégio Agrícola "Getúlio Vargas", da cidade de Palmeiras.

A negativa de sanção ao plano de lei em exame decorre das disposições constitucionais expressas nos artigos 25 e 35 da Carta Política Estadual, que conferem ao Governador do Estado, a competência para iniciativa de leis cuja execução crie, aumente ou autorize despesa pública.

Por outro lado, vale ressaltar que o veto apostado em razão dos imperativos constitucionais citados não impede que o assunto, que independe de lei específica, seja oportunamente examinado pelos órgãos competentes da Administração.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

— Rejeitado o projeto, mantido o veto.

O SR. LINEU TURRA — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência defere. (É feita a verificação de votação).

16 Srs. Deputados aprovam o projeto; 10 rejeiram. Não há "quorum" para votação.

O SR. JURANDIR MESSIAS — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro a chamada dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência defere.

O Sr. 1o. Secretário procederá à chamada dos Srs. Deputados.

— (É feita a chamada dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) 35 Srs. Deputados responderam a chamada. Há quorum para votação.

Em votação a discussão única da Proposição no. 444/77. — Rejeitado o projeto, mantido o veto.

O SR. LINEU TURRA — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência defere. (É feita verificação)

17 Srs. Deputados aprovam o projeto; 14 rejeitam.

— REJEITADO O PROJETO, MANTIDO O VETO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, convocando outra para amanhã, dia 14, quarta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição no. 445/77.

Levanta-se a Sessão.

## 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 170ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE SETEMBRO DE 1977.

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Alfredo Gulin e Werner Wanderer.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio

Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezzi, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (48); achando-se ausentes os Senhores Deputados Ivan Rüppel, Aguinaldo Pereira Lima, Edilson Alencar, Egon Pudell, Maurício Fruet e Osvaldo Macedo (06).

Verificada a existência de número legal, Sr. Presidente declara aberta a

# SESSÃO:

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2o. SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1o. SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

## MENSAGENS:

MENSAGEM 107/77 Curitiba, 02 de setembro de 1977. Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva fixar os vencimentos e cargos em comissão de Diretor Financeiro e de Diretor de Manutenção, do Departamento de Estradas de Rodagem, nos valores que especifica.

A medida ora submetida a essa augusta Casa de Lei, é decorrência de nova estrutura dada ao Departamento de Estradas de Rodagem, através do Decreto no. 3.843, de 31 de agosto de 1977, na qual foram previstas mais duas diretorias, a Financeira e a de Manutenção, cujos cargos diretivos à elas destinados, têm remuneração sob o símbolo 1C, com vencimentos, portanto, inferiores aos fixados para as diretorias antes existentes.

Assim, Sr. Presidente, a medida proposta tem por principal motivação, estabelecer igual remuneração aos cargos isolados de provimento em comissão de Diretor das várias Diretorias integrantes da nova estrutura do Departamento de Estradas de Rodagem.

Certo de que a proposição merecerá dessa colenda Casa de Leis o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1o. — Os vencimentos mensais dos cargos em comissão de Diretor Financeiro e de Diretor de Manutenção, do Departamento de Estradas de Rodagem, deixam de pertencer à simbologia geral e ficam fixados em Cr\$ . . . 12.675,00 (doze mil, seiscentos e setenta e cinco cruzeiros).

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 108/77 Curitiba, 02 de setembro de 1977. Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio celebrado em 12 de agosto de 1977, entre o Governo do Estado e o Município de JAGUAPITÁ, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça

MENSAGEM 109/77 Curitiba, 02 de setembro de 1977. Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo de 05 de agosto de 1977, ao Convênio celebrado em 05 de abril de 1976, entre o Estado do Paraná e o Departamento Nacional de Obras de Saneamento, objetivando a execução de projetos e obras integrantes do Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 110/77 Curitiba, 02 de setembro de 1977. Senhor Presidente

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 05 de abril de 1976, entre o Estado do Paraná e o Departamento Nacional de Obras de Saneamento, objetivando a execução de projetos e obras integrantes do Programa Especial de Controle da Erosão no Solo Urbano no Noroeste do Paraná.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 111/77 Curitiba, 02 de setembro de 1977. Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e os Municípios abaixo especificados, objetivando a execução de reparos em próprios estaduais.

Município	Data da celebração
Paranaguá	26/04/77
Ourizona	28/06/77
Primeiro de Maio	28/06/77
Mamboré	03/06/77
Cascavel	08/07/77
Campo Mourão	28-06-77
Alto Paraná	30/06/77
Mandaguari	28/06/77
União da Vitória	13/07/77
Cianorte	— — —
Campo Mourão	20/06/77
Lupionópolis	28/06/77
Ribeirão Claro	08/07/77
Ribeirão do Pinhal	12/08/77
Andirá	12/07/77
São Sebastião da Amoreira	12/07/77

Município	Data da Celebração
Terra Boa	29/07/77
Mandirituba	03/08/77
Jaguapitã	12/08/77
Uraí	12/08/77
Rancho Alegre	12/08/77

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

#### OFÍCIO:

Do Ilmo. Sr. Valdemar Karan, Presidente da Câmara Municipal de Rio Claro, Estado de São Paulo, solicitando o indispensável apoio deste Poder, na medida proposta ao INPS, a fim de que aquele órgão restabeleça o critério anterior sobre a contagem de tempo de serviço. — Ao conhecimento da Casa.

#### REQUERIMENTOS:

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, a inserção na ata dos trabalhos de hoje, de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. JOSÉ PEDRO BORTOLOTO, ocorrido no último dia 9 (nove), na cidade de Francisco Beltrão, onde residia por mais de 23 (vinte e três) anos, sendo um dos seus pioneiros.

Requer, outrossim, que do presente se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1977.

(a) DENI SCHWARTZ

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata da presente sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. AFONSO NADOLNY, Vereador em Cruz Machado, ocorrido em 09/09/77.

Requer seja dado ciência à família enlutada, residente naquela cidade.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1977.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA

#### JUSTIFICATIVA:

Justifica-se nosso pedido tratando-se de pessoa de grande estima e muitas amizades que ao falecer aos 80 anos de idade, foi Vereador por duas legislaturas em União da Vitória, foi o primeiro prefeito eleito do Município de Cruz Machado e atualmente Vereador em Cruz Machado.

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de profundo pesar pelo passamento, ocorrido em 31 de agosto p.p., na cidade de Morretes, neste Estado, do Sr. PEDRO TREVISAN.

Tal passamento consternou profundamente a sociedade morretense, tendo em vista a grande estima, respeito e amizade que o extinto angariou durante sua vida, quer no setor público, familiar e privado.

Requer ainda, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência à família enlutada, na pessoa de seu filho, Dr. Edson Luiz Trevisan, mui digno Juiz de Direito da Comarca de Joaquim Távora, neste Estado.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1977.

(a) GABRIEL MANOEL

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos desta Casa, de voto de profundo pesar pelo passamento ocorrido em 11 de setembro do corrente ano, na cidade de Santa Mariana, neste Estado, do Sr. SEBASTIÃO PALMA, onde o mesmo residia a muitos anos.

Tal passamento consternou profundamente a sociedade marianense, tendo em vista a grande estima, respeito e amizade que o extinto angariou durante sua vida, quer no setor público, familiar e privado.

Requer ainda, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência à família enlutada, na pessoa do Sr. José Zanini, funcionário público estadual, daquele município.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1977.

(a) GABRIEL MANOEL

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, a inserção em ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento do eminente Médico, Dr. FARID KARAN, ocorrido dia 02 do corrente nesta Capital.

O extinto deixou viúva a Sra. LEONY FENIANOS KARAN, e grande folha de serviço, face ter feito da medicina não uma profissão, mas verdadeiro sacerdócio em várias regiões do interior paranaense, onde com fé e dedicação clinicou, sendo útil à sociedade e principalmente às pessoas menos favorecidas pela sorte.

Da decisão do presente, solicita seja dado conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1977.

(a) FUAD NACLI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a consignação na ata dos trabalhos de hoje, de voto de profundo pesar pelo passamento do Sr. SEBASTIÃO PALMA, ocorrido na cidade de Santa Mariana.

O Extinto deixa a esposa, Dona ONDINA ZANINI P MA e 4 filhos.

Requer ainda, uma vez aprovado, seja dado ciência à excelentíssima família, em Santa Mariana-Pr.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1977.

(a) ROSÁRIO PITELLI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei no. 92/77, oriundo de Mensagem Governamental no. 76/77, que visa acrescentar na Tabela VII, do Anexo I, da Lei no. 6863, de 04.04.77, as expressões que especifica, e transfere cargos da Parte Suplementar para a Parte Permanente do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1977.

(a) GABRIEL MANOEL

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas

atribuições regimentais, requer respeitosamente, após ouvido o Plenário, a esta Presidência, seja indicada uma Comissão de Deputados que representem esta Assembléia nas solenidades do dia 15 de setembro do corrente, data em que a cidade de Ponta Grossa comemora 154 anos de sua fundação.

Expressivas solenidades estão programadas para assinalar tão grata efeméride.

Sala das Sessões, em 13 setembro de 1977.

(a) DAVID FEDERMANN

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, de acordo com o Regimento Interno, no uso de suas atribuições regimentais, requer o envio de ofício contendo um voto de congratulações ao Diretório Central dos Estudantes da Fundação Universidade Estadual de Londrina, através seu Presidente, estudante ANTÔNIO TADEU FELISMINO, nos seguintes termos:

Senhor Presidente do D.C.E.

A Assembléia Legislativa do Paraná, congratula-se com V. Senhoria e demais membros do Diretório Central dos Estudantes da Fundação Universidade Estadual de Londrina, pela promoção da 3.a Semana de Atualidades, realizada de 6 a 11 do corrente mês.

Figuras, as mais destacadas da área política, Econômica, Social e Educacional puderam durante essa promoção analisar os problemas que afligem a Nação Brasileira, juntamente com a classe Universitária de Londrina e do Norte do Paraná, que têm demonstrado suas preocupações em participar e contribuir para a conquista de melhores dias para a nossa gente e a nossa Pátria.

Fazendo votos para que a "Gestão Poeira" continue proporcionando acontecimentos como o que ora aplaudimos, solicitamos que transmitam aos universitários londrinenses os nossos efusivos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1977.

(a) DEL CIEL

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado o presente expediente ao Exmo. Sr. Diretor Presidente da TELEPAR, reivindicando reparações urgentes nos serviços de telefone nas cidades de CRUZ MACHADO e BITURUNA, que presentemente, encontram-se em péssimas condições de funcionamento, motivado pela interferência das torres dos canais de televisão.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1977.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se o presente pedido, pois os moradores daquela região estão privados do meio mais rápido de comunicação.

**PROJETO DE LEI:**

PROJETO DE LEI NÚMERO 120/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1o. — Fica declarado de Utilidade Pública Estadual a Associação Beneficente dos Moradores da Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, com sede em Curitiba, capital do Estado do Paraná.

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1977.

(a) ENÉAS FARIA

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei, ora proposto à consideração da Casa,

objetiva declarar de Utilidade Pública Estadual a Associação Beneficente dos Moradores da Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, de Curitiba, capital do Estado.

O reconhecimento pelo Poder Público do Estado da condição da Entidade como efetivamente prestadora de altos e relevantes serviços de utilidade geral e comunitária, não só referenda um fato existente, de amplo conhecimento, como também se mostrará um instrumento de estímulo à Associação e a quantos se dedicam aos trabalhos em favor das coletividades.

Há já longo tempo a Associação dos Moradores da Vila N.S. da Luz dos Pinhais existe, funciona, opera, atua, constituindo-se numa exitosa experiência realizada naquele núcleo habitacional de Curitiba.

Paralelamente, alçada à condição agora pleiteada, terá a organização condições mais palpáveis para funcionar, posto que, o reconhecimento oficial timbrará sua atuação, proporcionando-lhe os meios de que necessita para mais e melhor servir.

A entidade se enquadra nos requisitos legalmente exigidos para integrar a categoria de associações capazes de adquirir a condição pretendida, quer pelas suas finalidades e regras estatutárias, como pela efetividade dos úteis préstimos que tem proporcionado.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Jurandir Messias.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vimos hoje à tribuna para manifestar a nossa perplexidade diante da enorme disparidade de preços no comércio da Capital, em especial no setor de manufaturados, precisamente roupas.

Ainda que seja aceitável a justificativa das constantes alterações de clima nesta cidade, criando portanto, uma série de prejuízos consideráveis, as diferenças de preços para as mercadorias iguais, são realmente gritantes.

As chamadas "LIQUIDAÇÕES" que dominam o mercado, estão por si só, denunciando uma completa liberdade da margem de lucros.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é fácil observar irregularidades diante das diferenças tão acentuadas. Quando estão vigorando as campanhas denominadas "LIQUIDAÇÕES", os preços respectivos caem em aproximadamente 50 por cento, o que surge uma grande dúvida — ou na verdade a situação econômica é das mais difíceis no ramo, ou então, os lucros tão expressivos que permitem o que se poderia chamar de "distribuição de lucros" ou "participação de renda", o que, se verdadeiro, deveria causar nossos aplausos. Mas como sabemos, os atuais dias não são próprios para tantos atos de generosidade.

Assim, ficamos com a segunda hipótese, os percentuais de lucros são tamanhos, que mesmo em liquidações existem vantagens em benefício dos empresários.

Ninguém quer entrar na vida particular do proprietário de uma pequena ou grande loja, que como estamos cansados de saber, como o industrial, não atravessa um período dos mais promissores. As dificuldades atingem todos os setores, inclusive o capital de giro, o custo do dinheiro, os encargos que ora são maiores que em outros tempos. Por isso mesmo, não seria justo achar o comércio nadando em dinheiro. Mas, o que nos preocupa é que enquanto alguns querem superar o baixo nível de vendas, com preços exorbitantes, outros remarcam mercadorias para fazer frente aos compromissos inadiáveis. Diante deste quadro, o que se pode observar é que o povo é vítima. Ele nunca sabe o preço real e ao comprar determinada mercadoria, ele paga e não tem idéia correta de seu real valor. Hoje ele paga determinada importância e amanhã o mesmo produto estará sendo vendido pela metade do preço.

Assim sendo, o povo paga caro quando não há LIQUI-

DAÇÕES. Quando ela existe nem sempre é honesta — da mesma maneira como são marcadas para "Maior", as mesmas mercadorias, são também marcadas para "Menor".

O comércio joga então com as elevações de preços das indústrias.

Desta forma, ganham aqueles que possuem o maior estoque, e o povo, o consumidor, está à mercê da boa vontade de alguns, contra a ganância desenfreada de uns tantos outros.

Mais importante que tudo isso é a completa liberdade com que agem tais empresários, causando conseqüentemente a inflação, a desconfiança e a indignação do consumidor.

Como sabemos, o único órgão com poderes para regulamentar as "LIQUIDAÇÕES" (os preços) e estabelecer margem de lucros, é ainda o Conselho Interministerial de Preços que, todavia, não pode intervir em casos isolados.

Não sabemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se as famigeradas liquidações estão, ou não, contribuindo para a inflação, mas, acreditamos que sim, pois, hoje, paga-se uma mercadoria quando em liquidação, como por exemplo, 2 mil cruzeiros — a mesma está marcada em 3 mil cruzeiros; então, temos uma diferença de 50 por cento.

Porisso é que não sabemos a quem recorrer, se ao Conselho Interministerial de Preços, ou à SUNAB.

Aqui fica, portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a nossa indagação sobre o assunto, mas de qualquer maneira também fica registrado que não concordamos e por isto é que, usando hoje desta tribuna, manifestamo-nos contrariamente a este absurdo que são as liquidações das casas comerciais, principalmente do comércio de roupas, nesta Capital, que marcam as mercadorias em até 70 por cento a menos, nas liquidações, porque entendemos e reafirmamos, Sr. Presidente, que isto tem, não tenhamos dúvidas, grande influência para a inflação tão propagada neste País.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Werner Wanderer.

O SR. WERNER WANDERER — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sentimo-nos até profundamente constrangidos ao usar deste espaço para levar ao conhecimento dos Senhores e das autoridades competentes, fatos extremamente lamentáveis que vêm ocorrendo na região Oeste paranaense, com relação a elementos da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Na Semana da Pátria, estivemos uma vez mais visitando o Oeste do Estado, onde comunidades inteiras nos procuraram, pedindo providências quanto à atuação de indivíduos componentes da Polícia Militar, que, segundo aquela população, longe de oferecer segurança, estão, eles, cometendo desmandos, a ponto de o povo preferir ficar sem polícia, do que permanecer à mercê de policiais que não tendo comando à altura, cometem um sem número de punição por parte de seus superiores.

Aconteceu em Marechal Cândido Rondon, onde o Sargento Francisco Eliel Figueiredo, comandante em exercício da Companhia de Polícia local, elemento cuja remoção já havia sido solicitada em razão de inúmeras atrocidades, e vejam, Senhores, agora, respondendo pela mesma companhia, chegou na portaria de um circo ali instalado e devidamente autorizado, exigindo pagamento indevido, porém, não sendo atendido, sacou de uma arma e começou a disparar, ferindo um artista da casa e criando pânico entre os espectadores presentes, em elevado número.

Há tempos passados, este mesmo Sargento Figueiredo, em completo estado de embriaguez, atropelou uma senhora em frente à sua casa, vindo a vítima a falecer.

Senhores, até hoje não sabemos o que foi feito para punir tais delitos o que é demasiado deplorável.

Ademais se levado em conta que o mesmo continua colo-

cado no comando da guarnição.

Ainda há poucos meses atrás recebemos denúncia de ato praticado por outro policial, João Inácio de Lima, que em estado de embriaguez invadiu um estabelecimento de ensino do interior de Marechal Cândido Rondon, ameaçando professores e alunos, chegando ao ponto de um mestre inclusive deixar de lecionar naquele ginásio em virtude dessa ocorrência.

Na semana passada então, a cidade foi abalada por um crime dos mais bárbaros, quando um elemento da guarda urbana — que por lei deve estar sob supervisão da Secretaria de Segurança Pública e não pode usar armamento — repito, um guardadesses assassinou estupidamente um jovem, José Geraldo de Abreu, em frente a um bar, revoltando a população local.

Naquela região é comum o roubo de veículos, e em tão expressivo número que já não se sabe a quem apelar.

Quando finalmente é removido algum elemento, após reiteradas solicitações das autoridades locais — Prefeito, Diretor da Arena e Câmara Municipal — é praxe dentro de poucas semanas estar de volta o mesmo elemento, sem ter acontecido nada, como se ele coisa alguma tivesse praticado.

Aliás é chocante ter de constatar que a reprovável conduta de policiais da Polícia Militar também ocorre em outros municípios do Oeste paranaense, como Toledo, Cascavel, Santa Helena.

Dito isto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, só podemos concordar com a população, quando ela já não mais acredita na Polícia Militar de nosso Estado, vendo em cada policial em vez de um guardião de sua segurança, um elemento nocivo à sociedade.

Tal fato nos deixa profundamente tristes, quando grande parte dos policiais agem em nome da Segurança e da lei, cometendo injustiças, desmandos e arbitrariedades, sem que seus superiores tomem conhecimento, notando-se uma total omissão, ou talvez até guarida.

Pois até hoje só vimos as arbitrariedades, mas nunca medidas punitivas competentes.

Poderíamos falar muito sobre atos pouco recomendáveis praticados por integrantes da Polícia Militar do Paraná, corporação de muitos feitos louváveis e grandes tradições, mas que em nossa região não tem seguido estas tradições, fazendo com que muita coisa boa que já tem sido feita, caia por terra.

Senhor Presidente, fico pasmado ver minha região Oeste, formada de pessoas na maioria de espírito pacato, ordeiro e trabalhador, que tanta demonstração de desenvolvimento tem apresentado nos últimos anos, fico entristecido, Senhores Deputados, ao reparar que eles, o povo oestino, deva ser praticamente castigado em compensação, pela lotação ali de elementos da Polícia Militar da pior estirpe, como está acontecendo atualmente.

Como já dissemos, temos grande número de ocorrências funestas que chegam ao nosso conhecimento e, em breve voltaremos a falar sobre este assunto com mais profundidade, munidos de maiores dados e documentos para que, com o esforço de todos, possamos reerguer a moral abalada da nossa Polícia junto ao povo.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Alfredo Gulin, inscrito para o Pequeno Expediente.

O SR. ALFREDO GULIN — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O empresariado brasileiro vai promover, no início de novembro, — a IV Conferência Nacional das Classes Produtoras — CONCLAP.

Este será o mais importante acontecimento do País na área econômica porque vai centralizar todos os debates em torno da empresa privada e o processo de desenvolvimento, tema básico da CONCLAP.

Para estudar os problemas de cada Estado, que devam ser

levados ao encontro nacional, estão sendo promovidos Encontros Regionais. (Lê):

"Essa sessão preparatória, no Paraná, terá lugar dia 14, às 18 horas, na Associação Comercial do Paraná.

A CONCLAP vem se afirmando como o grande foro da discussão econômica do Brasil, desde 1945, quando o primeiro encontro desse nível foi celebrado na cidade fluminense de Teresópolis.

Em 1972, voltamos a acompanhar a III COMCLAP, no Rio de Janeiro.

Agora está convocada a 4a. Conferência sob patrocínio das grandes confederações do empresariado: comércio, indústria, agricultura etc.

O tema deste ano discute o cerne do problema empresarial brasileiro: como manter a continuidade do crescimento da economia com as dificuldades de capitalização da empresa.

Como encontrar soluções para manter a economia brasileira num sistema descentralizado, a fim de que não mude a natureza do nosso regime político?

O Coordenador Técnico da CONCLAP é o Professor Carlos Langoni, atual Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia de Fundação Getúlio Vargas.

Só o gabarito internacional desse técnico mostra o nível em que serão conduzidos os trabalhos.

No Paraná as nossas Federações empresariais já prepararam documentos importantes, que serão discutidos no dia 14, no encontro preparatório, marcado para Curitiba.

Entre eles, a questão da pesada carga tributária a que as empresas estão submetidas.

O problema da poupança, que deve ser orientada para os melhores objetivos nacionais do desenvolvimento.

Vemos com sincera esperança a série de trabalhos em torno da IV CONFERÊNCIA NACIONAL DAS CLASSES PRODUTORAS.

Esperamos que seus frutos possam contribuir para o desenvolvimento harmônico do Brasil."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel quarto orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Neste instante, ouvimos, atentamente, uma denúncia séria, uma denúncia de muita responsabilidade do ilustre Deputado representante da região oeste paranaense, Deputado Werner Wanderer.

Queríamos, apenas, para rememorar e, para nos solidarizarmos com o Deputado Werner, sobre o problema do policiamento, do famigerado policiamento, com relação ao nosso Paraná.

Sr. Presidente, há questão de meses, há questão de um ano e pouco, também, fomos surpreendidos com um aparato bélico, quando se pretendia, na pequena cidade de Santa Ana do Itararé, fazer com que nos lembrássemos do policiamento de Hitler ou de Mussolini, quando desciam, naquela cidade, nada menos do que quarenta ou cinquenta policiais, inclusive, tenentes, sargentos e policiais menos graduados, apenas, para tomar canivetes; apenas, para assustar uma população que está indefesa; uma população laboriosa como é toda a população do Paraná e do Brasil.

Ficamos satisfeitos ao ouvirmos uma voz que se levanta neste instante, para denunciar fatos palpáveis para que se ponha um paradeiro, para que se ponha um basta neste estado de coisas do nosso Paraná.

Queremos, Sr. Presidente, queremos, Srs. Deputados, queremos, povo do nosso Paraná, estar inteiramente solidário com o Deputado Werner Wanderer por esta sua bravura, por esta sua coragem de vir denunciar desta tribuna os poderosos que vêm deslustrando o nosso Estado, que vêm deslustrando

a Polícia Militar, a nossa gloriosa Polícia Militar que há pouco tempo fez seu aniversário neste nosso querido Paraná.

É para dizer, Sr. Presidente, que estamos solidários com este eminente Deputado, porque precisa-se, Sr. Presidente, como disse, por um paradeiro, precisa-se uma moralização.

E é nesta Casa e é neste instante e neste momento que vemos Deputados que com esta coragem vêm denunciar fatos concretos e palpáveis.

Porque os mancomunados com o alto crime do Paraná, com as transações ilícitas ficam à mercê e ficam sob a proteção de policiais, com exceções, porque temos policiais honestos em nosso Estado.

Mas, Sr. Presidente, ficou calado, ficou marcado em nossa vida política, quando lembramos que homens indefesos do nosso querido Paraná, do nosso querido Norte Pioneiro, crianças temerosas por aquele aparato bélico e que fomos censurados e até ameaçados de nosso mandato ser cassado.

E é neste instante que há de se levantar as vozes dos homens que querem sanar a corrupção em nosso Estado.

Muito bem, Deputado Werner Wanderer, continue trabalhando, continue lutando em prol de sua terra e de sua gente e para que haja justiça dentro da nossa gloriosa Polícia Militar.

Sr. Presidente, é para trazer a nossa alegria também, com um requerimento de voto de congratulações pela nomeação do grande engenheiro Tancredo Benghi, para Diretor Geral do D.E.R.

Queremos pedir vênias a V. Exa. para ler este requerimento. (Lê):

"Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário seja consignado em ata dos trabalhos da presente sessão um voto de congratulações a Sua Excelência o Senhor Governador do Estado e ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, pela nomeação do Engenheiro Tancredo Benghi, nas altas funções de Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem de nosso Estado.

Tal nomeação vem de conduzir um dos mais experimentados e dedicado homem público à frente de um dos mais importantes órgãos da administração pública de nosso Estado.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência ao Senhor Governador do Estado e ao Senhor Secretário dos Transportes.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1977."

Como sabemos, como todos sabem, o ilustre engenheiro Tancredo Benghi, muito bem escolhido, sabiamente escolhido, o homem que vem trabalhando no setor rodoviário ajudando o ilustre Secretário de Transportes a concretizar o Plano Rodoviário deste grande Governo Jayme Canet Júnior, hoje encontra-se em seu devido lugar.

Meus parabéns ao Sr. Governador do Estado, a S. Exa. também o ilustre Secretário de Transportes, Dr. Osires Stenghel Guimarães, por esta assertiva.

Porque todos nós conhecemos o tirocínio administrativo de Tancredo Benghi.

Queremos, neste instante, encaminhar este requerimento que esperamos seja aprovado por esta augusta Casa.

Muito obrigado. — (Sem evisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência, em nome da Mesa associa-se às homenagens prestadas pelo eminente Deputado Gabriel Manoel, à figura do engenheiro Tancredo Benghi.

Concedo a palavra ao quinto orador inscrito, no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Del Ciel.

O SR. DEL CIEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A bancada do MDB nesta Casa, tem oferecido a este Estado e a esta Nação, um exemplo marcante; homens de oposição, que neste Poder, em momento algum, sofrendo

pressões, perseguições, no pleito eleitoral próximo passado, suportando toda a carga da máquina administrativa deste Estado, continuaram através de seus membros, de seus Deputados, fiéis, aos compromissos assumidos com o povo paranaense em praça pública.

Por quantas vezes, o Sr. Chefe do Executivo Estadual, Governador Jayme Canet, encaminhou-me projetos solicitando autorização para a conquista de grandes e vultuosos empréstimos.

E o MDB através dos seus representantes nesta Casa, sabendo, por ter vivido a experiência do último pleito eleitoral, que esses recursos certamente, seriam como serão utilizados em vésperas do próximo pleito eleitoral.

Mas, analisando e sentindo o drama do povo paranaense que carece e necessita de obras, por mais uma vez, decidiu pagar prá ver.

O MDB unido há poucos dias, autorizou que o Estado do Paraná pudesse buscar mais uma soma vultuosa através de empréstimos do exterior.

Só não compreendemos, só nós do Partido da Oposição que nada temos, em termos administrativos, pagamos pra ver e corremos o risco de ter uma máquina governamental fortalecida que certamente, programará a inauguração de estradas, de escolas e Deus queira que assim seja em todos os municípios do Paraná em vésperas do próximo pleito eleitoral, só não consigo entender, porque em alguns setores da administração pública deste Estado, se preocupam com as poucas Prefeituras Municipais que o Partido da Oposição conquistou, pelo voto direto, pelo voto secreto, e pela vontade do povo, que nestes municípios habitam.

Criou-se no Paraná o Pró-Safra, e nós constatamos que uma boa parcela dos municípios administrativos por Prefeitos do MDB, não se sabe porque, ainda não conseguiram a liberação desses recursos que são poucos, mas que ajudam a gerar riquezas para o município e para o Estado do Paraná, e eu indagaria; se o Estado do Paraná, não se beneficia dos recursos gerados nos campos agrícolas dos municípios administrados pelo MDB, a receita vem para os cofres do Estado do Paraná, de qualquer forma com Pró-Safra ou sem Pró-Safra.

O que precisa haver em nosso Estado é conscientização entre nossos governantes, de que a Rodovia do Café aí está edificada não só para ser a Rodovia do "vem e não volta", os recursos vêm para a Capital e ao Interior precisam retornar para se transformarem em geradores de novas riquezas.

O Município de Telêmaco Borba, já considerado grande município do Estado do Paraná com perto de 80 mil habitantes, município gerador de grandes riquezas, de grandes somas, de grande arrecadação para o Estado do Paraná, pois tem em sua sede localizada a Indústria Klabin, a maior indústria de fabricação de papel da América Latina, e grandes somas carregam para os cofres públicos do Estado do Paraná.

Seis viagens foram feitas pelo Sr. Chefe do Executivo Municipal, por representantes da administração pública municipal, em busca do seu Pró-Safra de soma não vultuosa, mas, que irá dar vida àquele município, por justiça.

E nós esperamos, que o eminente Secretário dos Transportes, que deverá vir a esta Casa, na tarde de hoje, determine a liberação do processo de Telêmaco Borba; temos ainda os municípios de Cambé e Ibiporã, municípios vizinhos à minha cidade de Londrina, que também não tiveram os seus Pró-Safras liberados.

E em função disso, para ter conhecimento da situação geral desse programa elaborado, para atender a todo o Estado do Paraná, sem distinção de município, de cor-política partidária que esteja à direção das Prefeituras Municipais, nós queremos apresentar um requerimento solicitando o envio de ofício, com o seguinte pedido de informações, ao eminente Secretário dos Transportes do Estado do Paraná, vasado nos seguintes

termos:

(Lê).

"Sr. Presidente.

O Deputado infra assinado, no uso de suas atribuições requer o envio de Pedido de Informações ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes com as seguintes indagações:

- 1) Quais os municípios paranaenses que já tiveram liberados o Pró-Safra? Especificar data do protocolo de encaminhamento da liberação e seus respectivos valores.
- 2) Quais os municípios paranaenses que ainda não receberam o benefício do Pró-Safra? Por que? Especificar data do protocolo de encaminhamento e respectivos valores.

Sala das Sessões, em 01 de setembro de 1977".

Deveria, Sr. Presidente, Srs. Deputados, merecer uma análise mais profunda em um Grande Expediente nesta Casa o tema que ora focalizamos.

Mas, certamente, os eminentes Deputados nos darão esta oportunidade através da aprovação deste requerimento que nos possibilitará conhecimento dos dados reais da atual situação no que se relaciona à liberação dos Pró-Safras.

E rapidamente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós queremos encaminhar um outro requerimento.

Um requerimento de aplauso e de congratulações aos jovens universitários de minha terra, aos jovens dirigentes do Diretório Central dos Estudantes da Fundação Universitária Estadual de Londrina.

Estes mesmos jovens que há um tempo não muito distante, há alguns meses atrás, foram impedidos de realizar um ciclo de palestras em minha cidade contando com a presença de figuras ilustres, porque policiais — não se soube até hoje dirigidos por quem, e atendendo determinação de quem, promoveram o cerco do local onde esta palestra seria realizada.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência, que é também escrava do Regimento, se dispõe a determinar a leitura do requerimento de V. Exa. durante a Ordem do Dia, durante a votação, se V. Exa. não se opõe, já que V. Exa. se encontra na tribuna há oito minutos.

O SR. DEL CIEL — Agradeço Sr. Presidente.

E tão somente registro: — A promoção do Diretório Central dos Estudantes em Londrina, da terceira semana de Atualidades, de 6 a 11 de setembro, quando nos visitar, o Deputado Federal Alceu Collares, João Cunha, os Senadores Teotônio Vilella e Marcos Freire entre tantos outros mestres da área social, econômica e política deste País.

E apresentamos, assim sendo, um requerimento de voto de congratulações ao Diretório Central dos Estudantes por esta promoção. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lineu Turra, inscrito.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O funcionalismo público do Estado, especialmente aquele que é menos favorecido, está passando, no momento, sérias dificuldades, com seus vencimentos reduzidos e, por outro lado, oprimidos pelo alto custo de vida.

É sério e contristadora a situação. Queríamos nos referir, especificamente, aos trabalhadores do DER que têm seus vencimentos reduzidos e quase nenhum deles recebendo salário além de um mil e 400 cruzeiros — que, hoje, é uma quantia irrisória.

Por outro lado, verificamos — e temos recebido informações — de que não vem sendo observado, no respeitante às disposições legais, o pagamento dos salários desses trabalhadores, no que diz respeito às horas extras.

Sabemos que a carga-horária de todo o funcionalismo público estadual é de 6 horas.

Mas, esses trabalhadores — refiro-me especialmente aos trabalhadores do 15o. Distrito Rodoviário, estão fazendo 8

horas diárias de trabalho e mais, e não vêm recebendo as horas extras trabalhadas.

O que é uma situação aflitiva — com o vencimento que eles têm — e não têm encontrado receptividade dos poderes públicos, passando, a cada dia, mais aperturas na sua situação.

Então, vimos à tribuna para, encaminhando um requerimento ao Diretor do Departamento de Estrada de Rodagem, fazer com que chegue ao conhecimento de S.S. as nossas palavras, através de cópia deste nosso pronunciamento, para que seja providenciado, de imediato, pelo Diretor do DER, o cumprimento da lei, no sentido de se pagar, aos trabalhadores as horas extras trabalhadas, desde o início quando foram admitidos nas funções.

Porque, alguns deles vêm recebendo essas horas extras, aqueles que reclamaram.

Mas, os que não reclamaram, estão passando despercebidos.

É um tratamento discriminatório e injusto que merece uma especial atenção para que não se cometa mais tamanha injustiça.

Assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, dirigimos ao Diretor do Departamento de Estrada de Rodagem, através desta Casa, um requerimento que está vazado nos seguintes termos: (Lê).

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer a V. Exa. que após manifestação do Plenário, seja enviado expediente ao Senhor Diretor do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem (DER), no sentido de determinar o pagamento das horas extras aos seus trabalhadores, atendendo ao que preceitua o artigo 53, parágrafo 1o. da Lei No. 6174, de 16/11/70, (Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado).

É que, segundo se tem conhecimento, diversos trabalhadores do DER não vêm recebendo as horas extras trabalhadas, especialmente os que prestam serviço no 15o. Distrito Rodoviário, o que se constitui em descumprimento à disposição da lei. Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1.977”.

Era só, Sr. Presidente, Srs. Deputados, apenas isso.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Concedo a palavra ao último orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Percebo o alto significado do pronunciamento do Deputado Werner Wanderer, ao qual me incorporo e declino a minha inteira solidariedade.

Já não é a primeira vez que ocupamos esta tribuna para fazer denúncias a respeito de comportamentos de organismos policiais que atuam na região Oeste do Paraná.

E aqui mesmo desta tribuna já fiz pronunciamentos e requerimentos, denunciando o comportamento de determinados agentes do poder privado, da área privada, no sentido de levar vantagens em negócios, e aliciamento de defuntos, aqui na Capital; pessoas do IML, menos escrupulosas e sem tomarem conhecimento do verdadeiro sentido da nossa postura da tribuna, e do teor do nosso requerimento, adiantaram-se apressadamente, como de costume, e fizeram declarações que gerariam, se fosse do nosso temperamento, inclusive pleito judicial na área do campo penal; todavia, o que ocorre, de outra parte, na região Oeste do Paraná, principalmente com os roubos de automóveis, os arrombamentos e o aumento dos delitos contra o patrimônio, tem sido uma séria preocupação dos representantes daquela região, aqui neste Poder.

Congratulo-me com o Deputado Werner Wanderer — ainda que seja ele do Partido do Governo, tem a coragem de vir trazer denúncias procedentes, que legitimam a posição que nós

temos tomado aqui nesta Assembléia, a respeito do comportamento daqueles que deveriam colocar na ordem pública a verdadeira segurança, e não resguardam a tranquilidade e a harmonia social na nossa região Oeste do Paraná.

Em Cascavel, recentemente uma pessoa que estaria sob a guarda do presídio local — segundo informações noticiosas da imprensa — teria sido morta na cadeia local; os furtos de automóveis que têm acontecido em Cascavel, Corbélia, Matelândia, Céu Azul, Medianeira, Guaraniáçu e tantas outras cidades daquela região a exemplo do que ocorre também em Cândido Rondon e sobretudo em Foz do Iguaçu, é necessário, Sr. Presidente, que a Secretaria de Segurança, ao invés de justificar a falta de elemento humano, se instrumente e se mobilize para que coloque a salvo o bom nome e a segurança do povo daquela região.

Freqüentemente estamos vendo os jornais denunciarem posições deletérias que esses delinquentes dessas áreas promoveriam, sem que a polícia tome a respectiva e adequada providência.

É com este mesmo sentido, esta mesma tomada de posição, que pedimos, em nome da população que representamos, a do Oeste do Paraná, juntamente com o Deputado Werner Wanderer, que, a Secretaria de Segurança e os organismos competentes tomem as necessárias providências para coibir os abusos, para que as partes, e para que a população dessas cidades sejam asseguradas, para que possam trabalhar e desenvolver.

Sr. Presidente, ainda recentemente um rapaz, moço a quem apresentamos voto de pesar, faleceu por uma causa que ainda não foi esclarecida, mas existem rumores na cidade, de que, determinados policiais teriam atirado em Darci Milani, quando, de Toledo saía para Cascavel, quando teria sido baleado por elementos da Polícia Militar.

Não é uma acusação, entretanto, os rumores correm na cidade de que outros casos como este teriam ocorrido e que nem uma autoridade veio a público esclarecer e nem desvendar a verdadeira “causa-mortis” daqueles que perderam a vida por esta circunstância.

Por outro lado, aproveitando o trânsito por esta tribuna, quero, Sr. Presidente, Srs. Deputados, lembrar a inoportunidade com que o Deputado Federal Italo Conti, de passagem por Cascavel, levou a público, em pronunciamento que teria feito num almoço com o seu Prefeito e elementos da Arena lá de Cascavel, de que Cascavel estaria sendo objeto de estudos para uma intervenção federal.

Acredito que se for procedente esta denúncia, ou esta informação, ela só teria o sentido de colocar, de resguardar a ordem pública em Cascavel, que está trazendo a intranquilidade, consoante o depoimento que já fizemos daqui desta tribuna.

No entanto, esperamos que as autoridades federais ponderem sobre todas as causas e efeitos e façam com que Cascavel, o maior polo de desenvolvimento, — sem desmerecer os demais centros daquela região — não possa ser prejudicada.

É o que Cascavel espera das autoridades: a conjugação de esforços para que o poder civil entregue pelo voto popular, legitimado pelo sufrágio universal, seja resguardado, e que o Governo do Estado ponha termo na má administração e na má orientação política do meu município.

Concluindo, Sr. Presidente, esperamos das autoridades estaduais a verdadeira e esperada posição que o Governo deve ocupar em Cascavel, colocando a salvo a destinação daquele município e que a Polícia, seja ela a Militar, seja ela a Civil, busque informações nas sindicâncias para fazer levantamento dos abusos que estão sendo cometidos na região Oeste do Paraná.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) No Grande Expediente,

concedo a palavra ao Sr. Deputado Waldenício Barbalho.  
O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Está realmente deserto e quase adormecido o gigante do Centro Cívico.

Para assunto de grande importância e de tanta gravidade, confesso, gostaria que a Casa se encontrasse cheia, plena, repleta de Deputados e de ouvintes.

No dia 22 de agosto pp., Sr. Presidente, li desta tribuna, o memorial dirigido a S. Exa. Presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que passo a ler, para que os Senhores Deputados aqui presentes, relembrem o que foi dito naquela oportunidade.

“Os Advogados da Comarca de Paranavai, abaixo assinados, tendo conhecimento da doação recebido pelo Poder Judiciário, de área destinada à construção do Forum local, pedimos vênha para expressar nosso pensamento a respeito: Situa-se o terreno à beira da rodovia que demanda à Maringá, à altura de acanhado trevo, a que confluem a principal avenida de saída da cidade e inúmeras outras vias públicas, local de trânsito pesado, intensivo, trepidante, barulhento e poluente.

Na vizinhança estão: estabelecimentos de comércio; oficina de caminhões, tratores e automóveis; postos de gasolina; armazéns de depósito; indústrias, entre as quais a Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de Paranavai, com máquina de beneficiamento de café instalada na Divisa do futuro Forum.

É imprópria também a localização por distar excessivamente do centro da cidade, das demais repartições públicas, relacionadas aos serviços de Justiça.

Ressalvamos o elevado significado da doação e reconhecemos o alto valor comercial do terreno oferecido. Mas, suas desvantagens, que já são grandes, serão acentuadas com o passar dos dias e terminarão por comprometer a valia da obra.

Impõe-se data vênha em vista do exposto, o reexame do assunto, para que o Forum venha a ser construído em local compatível.

É a vivência cotidiana com o ambiente forense local, que nos dá a experiência desses problemas e nos impõem a obrigação de tomar a liberdade de trazer esta colaboração ao tão meritório empenho de V. Exa., em premiar nossa comunidade com a construção do novo Forum.

Digne-se V. Exa. aceitar os nossos protestos de elevada consideração.”

Assinaram o memorial, 31 advogados dos 36 residentes em Paranavai.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não me foi possível escrever este pronunciamento por falta exclusiva de tempo.

É séria, muito séria a situação em decorrência dos fatos posteriores.

Este memorial, Sr. Presidente, em virtude da natural incompatibilidade criada entre este Deputado e o advogado mais antigo de Paranavai, título que também me orgulho, porque lá resido desde 1954, e o Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça.

Tendo eu, censurado solenemente e publicamente S. Exa. o Presidente do Tribunal de Justiça, a quem preliminarmente avisei de que o terreno não se prestava para a construção do Forum de minha cidade, recebendo dele a informação de que, para trabalhar no Palácio da Justiça, foram necessárias providências do Presidente do Tribunal, para evitar o tráfego pesado em torno do palácio, tranqüilamente retornei a Paranavai, certo de que S. Exa. não receberia do Governo municipal, a doação do terreno para a construção do futuro Forum de Paranavai, que todos nós Advogados, Juízes, Serventuários de Justiça, a coletividade, enfim, desejamos para a minha cidade.

Por isso mesmo, Sr. Presidente, tendo censurado como disse, pelo fato de ter recebido a escritura de doação do Município, incompatível estava, para manter o diálogo com S. Exa.

Recorri então, ao Presidente da Ordem dos Advogados, Seção do Estado do Paraná, Dr. Eduardo Rocha Virmond, para que S. Exa. levasse até o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, a reivindicação dos advogados de minha cidade.

Muito bem. Qual a resposta do Presidente da Ordem, do Dr. Eduardo Rocha Virmond?

O fato é irreversível, disse o Presidente do Tribunal. Não poderemos reexaminar o assunto.

Então, Sr. Presidente, para mim, o Forum de minha cidade de Paranavai, representa assunto de tal importância que eu o equiparo àquele relatado pelo nobre Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, neste plenário, quando reivindicou o asfaltamento de sua cidade de Goioerê para a cidade de Campo Mourão, guardadas, naturalmente, as devidas proporções.

Estou lutando, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para que o Forum de minha cidade não seja construído naquele local. Então, como advogado, talvez, quem sabe até “advogado do diabo”, procurei toda a documentação.

E, então deparei com o título anterior que deu origem à doação:— A doação do Município para o Governo do Estado do Paraná e, deparei com a primeira irregularidade. Que irregularidade teria sido esta?

É que há seis anos passados, Dionísio Assis Dalprá, ex-Prefeito de Paranavai, desapropriou parte daquela área para nela ser localizada indústria, para implantação de indústria; e, o documento, está nas minhas mãos.

Então, Sr. Presidente, eis aí a primeira irregularidade e, por que não dizer a primeira falha cometida pelo Procurador de S. Exa. o Sr. Governador do Estado, que não examinou o título anterior, deixando, naturalmente, uma válvula de escape para que o desapropriado venha a promover, contra o Estado do Paraná, uma ação no sentido de reivindicar seu patrimônio, eis que, a finalidade da desapropriação foi, completamente, alterada.

Se a destinação era específica, objetivando a implantação de indústrias, não poderia ser, no futuro, ser destinada à construção do Forum, mesmo para prestar os melhores serviços, digamos, à coletividade de Paranavai.

Mas, Sr. Presidente, ainda não foi o bastante — em seguida, me dirigi ao III Tabelionato de Paranavai e, qual não foi a minha surpresa ao requerer, verbalmente, do escrevente juramentado, certidão da procuração que fora outorgada pelo Governador do Estado do Paraná ao Desembargador Zeferino Mozzato Krukoski, o escrevente juramentado me afirmou que não poderia, de maneira nenhuma, fornecer ao requerente a certidão daquela procuração, porque, em verdade, ela não se encontrava arquivada no Cartório, tal como ele afirmara no corpo da sua escritura.

A segunda e grave irregularidade, Sr. Presidente, porque, veja V. Exa. e vejam os Srs. Deputados, há um conflito entre a palavra do Escrivão e a fé de ofício do Tabelião: Ou a procuração está arquivada e nega, o Tabelião, a certidão ao advogado, ao Deputado que se encontra no exercício de seu mandato e no exercício da advocacia, ou em verdade, é de se acreditar que a procuração não tenha sido outorgada pelo Governo do Estado, ao Desembargador.

E aí é muito grave a afirmativa, gravíssima, séria, muito séria.

E porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados? Por que? Se diz o Tabelião que ela se encontrá arquivada e não está.

E se de fato ela não estiver arquivada, o que eu custo a crer, se de fato não estiver arquivada o Desembargador, o Corregedor Geral da Justiça pratica crime previsto no Código Penal Brasileiro.

Isso é grave, muito grave.

Não quero que isto aconteça nunca porque como advogado me considero Membro do Poder Judiciário e preservo,

sobretudo, a sua magestade Embora reconheça, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o procedimento de um mau Juiz não compromete a Instituição, como não compromete o mau procedimento do advogado a respeitável classe dos Advogados.

Mas o que pretendo, Sr. Presidente, pretendo com a documentação em mãos promover ação contra este ato defendendo a minha cidade.

Eu sou, antes de tudo, municipalista. Para chegar a esta Casa disputei três eleições.

Sofri a frustração de duas derrotas e a alegria da última vitória, hoje compensada.

Fui doze anos Vereador em minha cidade. Luto por ela. Sou Deputado em razão dela, onde nasceram os meus filhos.

Por isso eu quero cobrar, nesta oportunidade, da respeitável liderança da ARENA, liderança do Governo, que dentro de um prazo razoável de 24 horas, me apresente a procuração para que seja ressaltada a honorabilidade do Desembargador.

Não é possível que S. Exa. não tenha sido portador desta procuração. Não posso acreditar.

Com estes argumentos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando me foi negada a certidão da procuração fiz esta petição a S. Exa. o Juiz de Direito da Comarca de Paranavai, competente para despachá-la. E está aqui e vou passar a ler, para conhecimento de V. Exas.

(Lê): "Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Vara de Família e Anexos da Comarca de Paranavai.

WALDENÍCIO BARBALHO, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PR, sob o número 1098, residente e domiciliado nesta cidade, atualmente no desempenho do mandato de Deputado Estadual, pelo Estado do Paraná, vem expor e requerer a V. Exa. o seguinte:

Quinta feira próxima passada, o suplicante se dirigiu ao 3o. Tabelionato de Notas e Ofícios de Protestos de Títulos desta cidade, para solicitar Certidão da Escritura de Doação que fez à Prefeitura Municipal de Paranavai ao Governo do Estado do Paraná no dia 19 de agosto de 1977.

No dia seguinte, isto é, na sexta feira, dia 09 do corrente, pela manhã, compareceu o suplicante aquele Tabelionato onde recebeu das mãos do Escrevente Juramentado, Sr. Carlos Gomes Roque, a Certidão da citada Escritura que o suplicante passou a ler para em seguida solicitar do mesmo escrevente outra Certidão que seria da Procuração outorgada pelo Governo do Estado do Paraná ao seu Procurador, Sr. Desembargador Zeferrino Mozzato Krukoski.

Mediante a promessa de que à tarde estaria pronta a certidão por volta das 17,00 horas, retornou o suplicante ao Cartório para recebê-la.

Entretanto, não lhe foi possível porque o escrevente Juramentado não se encontrava, tendo deixado aos funcionários a informação para ser transmitida ao suplicante, segundo a qual não seria possível fornecer a Certidão da Procuração outorgada pelo Governador ao Desembargador "porque a mesma não se encontrava arquivada no Cartório."

Embora estranhando a afirmativa, quis o suplicante falar pessoalmente com o Escrevente e o fez hoje, pela manhã, na presença de testemunhas, tendo recebido a confirmação de que não poderia realmente fornecer a Certidão em razão dos motivos expostos.

Assim sendo, requer se digne V. Exa. mandar com a maior brevidade possível, fornecer a referida Certidão que deve se encontrar arquivada naquele Cartório tal como consta da Escritura Pública de Doação que fez a Prefeitura Municipal de Paranavai ao Governo do Estado do Paraná, lavrada no livro No. 35 às fls. 01/03, no dia 19 de agosto de 1977 (Documento junto), ou então dar, também por Certidão, as razões porque não o faz.

Termos em que

Pe. Deferimento.

Paranavai, em 12 de setembro de 1977.

Ass. Waldenício Barbalho, Advogado.—

Sr. Presidente, esta Petição levei em mãos a S. Exa. o Juiz Competente que prometeu dar um despacho depois de examiná-la.

E como eu aleguei urgência em face de retornar a Curitiba, para exercer meu mandato de Deputado, solicitei a um colega, Dr. Rosaldo Leal, para que obtivesse de S. Exa. o Despacho.

Já o sei por telefone: S. Exa. deu prazo ao Cartório para que desse explicações.

Não posso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, aguardar o prazo porque sou advogado e dos mais antigos, exerço a profissão, desde 1.949.

E sei o que é mandato em mãos de oficiais de Justiça. Não sei quando será cumprido este Mandato, a vivência me leva a crer que tão cedo o será; e é por isso, que eu apelo para a Liderança do Governo, o que eu pretendo e já poderia ter obtido, se a Justiça fosse rápida, é a Certidão da Procuração.

Muito maior e muito mais longa, é a Certidão da Escritura e me foi dada em apenas algumas horas. A Certidão da Procuração, e vai aí a minha grande dúvida, eu ainda entendo que a falha é do Cartório, esta Procuração deve estar realmente, arquivada em Cartório.

Mas, antes que a certidão seja fornecida, e quem sabe quando, porque quem sabe quando será cumprido este mandato, eu apelo à Liderança da ARENA, porque quero saber, inclusive, dissipar dúvidas, quero ter a Procuração em mãos, para ver se S. Exa. o Governador do Estado precisa ou não da autorização da Assembléia Legislativa para receber, mesmo doações com encargos, como é esta que lhe foi feita através da Prefeitura Municipal de Paranavai.

Doação de Encargo. Encargo sério, porque consta da Escritura, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o Forum será iniciado este ano ainda, e concluído no espaço de dois anos.

Não quero ser levado a crer, embora a falha inicial, porque em verdade, não cumpriu devidamente o Mandato recebido do Governador o Desembargador, Corregedor Geral da Justiça.

Se o fizesse, não teria recebido a Escritura, porque o título tem uma cláusula, destinando a área para implantação de indústrias.

Faço uma censura ao Desembargador: não examinou os documentos, mas, creio até, que fui levado pela boa fé, pela pressa porque em Paranavai se realizava um Seminário Jurídico, do qual participei, inclusive em seu encerramento, quando censurei pública e solenemente o Presidente do Tribunal, ao Presidente da Associação dos Magistrados que foi indelicado com o Deputado, com o Advogado, quando solicitei a palavra e ele levou cerca de dois minutos para conceder a palavra ao advogado.

E quando o fez, foi com a advertência de que fosse breve em sua exposição.

Censurei ao Presidente do Tribunal de Justiça. Orgulho-me disso, como me orgulho sempre de defender o pequeno contra o poderio dos grandes.

Censurei o Presidente da Associação dos Magistrados e o Advogado, Presidente da Seção da Ordem dos Advogados de Paranavai, Dr. Reston Rapuxure, que pela primeira vez teve a oportunidade de defender os interesses da classe e não o fez.

Admito, Sr. Presidente, Srs. Deputados, admito sim, admito um erro pequeno, um erro anão, mas não admito o erro gigante. Nunca. Não posso admitir que homens que possam servir de exemplo, errem contra os interesses de quem quer que seja, quanto mais contra os interesses de uma coletividade, devidamente advertidos por quem tem direito de defendê-la, tem o direito de representá-la: Deputado Waldenício Barbalho, detentor de 8 mil votos na cidade de Paranavai, mais de 70 por cento, é um orgulho para mim.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não examinando o título anterior, cometeu o Desembargador Zeferino Eduardo Krukoski a primeira falha. Posso ter sido agressivo da tribuna, mas não serei nunca subserviente. Posso ser censurado em razão da agressividade, mas quero que o Desembargador comprove através de procuração que era de fato procurador de S. Exa. o Sr. Jayme Canet Júnior, Governador do Estado.

Por isso, Sr. Presidente, para concluir, me desculpando desta fala, fala em que sou levado mais pelo coração, para relatar fatos desta gravidade. Mas estou certo de que S. Exa., o ilustre Deputado Luiz Roberto Soares, Líder do Governo, na sessão de amanhã, dirá, ao Deputado Waldenício Barbalho, a Paranaíba inteira, e ao Estado do Paraná que, de fato, o Desembargador Zeferino Krukoski tinha, mandato de S. Exa. o Sr. Governador do Estado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência informa que já se encontra no Salão Nobre da Casa o Sr. Secretário dos Transportes, Dr. Osiris Stenghel Guimarães, que, após a votação da Ordem do Dia, fará, neste Plenário, uma ampla exposição, abordando a política rodoviária do Estado do Paraná. Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, constante do expediente. Necessita de apoio. APOIADO. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 239/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 68/77, ex-Proposição no. 405/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de ASSAÍ, objetivando execução de reparos no prédio do Colégio Estadual "Barão do Rio Branco". Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 240/77, de autoria da C.C.J., mensagem no. 69/77, ex-Proposição no. 412/77 aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Planejamento e a Fundação Projeto Rondon, objetivando a mútua colaboração no desenvolvimento de programas de interesse do Estado. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

O SR. LÚCIO MACHADO — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Requeiro a chamada nominal para constatação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência defere. O Sr. 1o. Secretário fará a chamada nominal dos Srs. Deputados para constatação de quorum.

O SR. 1o. SECRETÁRIO — procede à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — 29 Srs. Deputados presentes. Há quorum para votação.

A Presidência informa aos Srs. Deputados que constará a frequência de todos os Srs. Deputados que já passaram por este Plenário.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 241/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 80/77, ex-Proposição no. 421/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Muni-

cípio de TOLEDO, objetivando execução de obras de reparos nos prédios do Grupo Escolar e o Ginásio Estadual, na sede do referido município. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 242/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 80/77, ex-Proposição no. 422/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de NOVA LONDRINA, objetivando execução de reparos em prédios onde funcionam diversos estabelecimentos de ensino, na sede do referido município. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 243/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 80/77, ex-Proposição no. 428/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de CRUZEIRO DO OESTE, objetivando execução de reparos no prédio do Colégio Estadual, Delegacia de Polícia e Cadeia, Escola Normal e Núcleo Social, na sede do referido município. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 244/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 80/77, ex-Proposição no. 432/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de UMUARAMA, objetivando reparos em próprios estaduais, onde funciona o Ginásio Estadual, a Escola Normal e o Colégio Estadual, na sede do referido município. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 245/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 80/77, ex-Proposição no. 433/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de CIDADE GAÚCHA, objetivando execução de obras de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar "Dom Bosco" e o Ginásio Estadual "Arthur Bernardes". Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 246/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 80/77, ex-Proposição no. 437/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de MAL. CÂNDIDO RONDON, objetivando execução de obras de reparos no prédio da Unidade Escolar de 1o. Grau, na sede do referido município. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 248/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 87/77, ex-Proposição no. 453/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de ENÉAS MARQUES, objetivando execução de reparos nos prédios do Grupo Escolar "Visconde de Mauá" e do Grupo Escolar "Enéas Marques", na sede do referido município. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 249/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 87/77, ex-Proposição no. 458/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de MOREIRA SALLES, objetivando execução de obras de reparos nos prédios onde funcionam a Unidade Sanitária e o Grupo Escolar "William Ransdorf", na sede do referido município. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 250/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 87/77, ex-Proposição no. 463/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de PLANALTO, objetivando execução de reparos no prédio do Grupo Escolar "Duque de Caxias", localizado na sede daquele município. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 251/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 87/77, ex-Proposição no. 469/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de UBIRATÃ, objetivando reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Quintino Bocaiuva, a Delegacia de Polícia, a Unidade Sanitária e a Escola Amazonas, na sede daquele município. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 252/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 93/77, ex-Proposição no. 474/77 aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de IPORÃ, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede daquele município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 98/77, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE MARIÓPOLIS", com sede na cidade do mesmo nome. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 01/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 37/74, ex-Proposição no. 157/74, aprova os convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública com os Municípios de FLORAÍ, JARDIM ALEGRE, MARUMBI e TERRA BOA, objetivando fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P., por unanimidade. - APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 38/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 05/77, ex-Proposição no. 166/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de CRUZEIRO DO SUL, objetivando fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P., por unanimidade. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 39/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 06/77, ex-Proposição no. 167/77, aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública com o Município de TERRA ROXA, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública local. Parecer Favorável da C.C.J., por maioria da C.F. e C.P., por unanimidade. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 41/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 10/77, ex-Proposição no. 171/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública com o Município de ARAUCÁRIA, objetivando policiamento extensivo na área municipal, tendo em vista maior proteção à população. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P., por unanimidade. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

dade. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 247/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 83/77, ex-Proposição no. 441/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de CIANORTE, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 67/77, de autoria do Deputado ALFREDO GULIN, que declara de utilidade pública a Associação Metodista de Assistência Social - AMAS, com sede na cidade de Morretes, neste Estado. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Em regime de urgência. - APROVADO.

#### PROJETO DE LEI NÚMERO 67/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 10. — Fica declarada de utilidade pública a Associação Metodista de Assistência Social - A.M.A.S., com sede em Morretes, Estado do Paraná.

Art. 20. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1977.

(a) ALFREDO GULIN

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação Metodista de Assistência Social, mais conhecida como AMAS, foi constituída para a promoção do bem estar social, prestando serviços de assistência a todos que dela necessitam, sem qualquer discriminação de credo político ou religioso, de raça ou nacionalidade.

Esta entidade promove educação de base, orientação vocacional e formação profissional, por sua conta ou, em cooperação com entidades públicas e particulares.

Produz e distribui literatura educativa sobre a higiene, bons hábitos e esclarecedora sobre os perigos dos males sociais.

Orienta má formação dos futuros lares e na criação e educação dos filhos. Colabora com as iniciativas públicas e particulares que visem o bem estar social.

Saliente-se que todas essas atividades são exercidas pelos componentes da Associação, sem qualquer interesse remuneratório, trabalhando exclusivamente em prol da coletividade.

É, sem dúvida, uma entidade de utilidade pública de fato, e por que então não torná-la de direito para auferir os benefícios que a lei oferece para entidades de tal categoria?

Deixamos aqui a nossa indagação e pedido aos ilustres Pares que apoiem o presente projeto, dando sua aprovação.

Anexo documentos exigidos pela Lei no. 91, de agosto de 1935.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PARECER

#### PROJETO DE LEI NÚMERO 67/77

Pretende o nobre Deputado Alfredo Gulin, através da iniciativa ora em exame, declarar de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO METODISTA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, com sede e foro na cidade de Morretes.

O projeto de lei vem articulado e justificado, obedecendo, assim, o que determina o artigo 123, do Regimento Interno.

A entidade que ora se pretende declarar de utilidade pública, tem seus estatutos devidamente registrados sob número 147, fls. 188, Livro C-1, do Cartório do Registro das Pessoas Jurídicas da Comarca de Morretes; seus dirigentes exercem seus mandatos gratuitamente; está em funcionamento já mais de um (01) ano, e presta relevantes serviços à comunidade de maneira real e efetiva, requisitos exigidos pela legislação que disciplina a declaração de utilidade pública.

Quanto ao aspecto constitucional, nada a opor.

Nestas condições, e tendo em vista as considerações acima expendidas, somos pela APROVAÇÃO da iniciativa em questão.

É o parecer, S.M.J.

Sala das Comissões, em 31 de agosto de 1977.

(aa) Muggiati Filho, Presidente; Osvaldo Macedo, Relator

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente, solicitando voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido em Morretes, do Sr. Pedro Trevisan. APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo passamento ocorrido na cidade de Santa Mariana, do Sr. Sebastião Palma. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo passamento do Sr. Sebastião Palma. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Farid Karan. — APROVADO.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Domício Scaramella e Luiz Roberto Soares, constante do expediente, solicitando voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Afonso Nadolny, Vereador em Cruz Machado — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Pedro Bortoloto, ocorrido na cidade de Francisco Beltrão. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do expediente, solicitando seja constituída uma comissão de Srs. Deputados para representarem esta Assembleia nas solenidades do dia 15 de setembro corrente, data em que a cidade de Ponta Grossa comemora 154 anos de sua fundação. — APROVADO.

A Presidência, considerando ser regimentalmente sua responsabilidade a indicação dos membros para esta Comissão, indica o Sr. Deputado autor da mesma e solicita dos Srs. Deputados interessados a comporem a referida Comissão, que durante a tarde, noite, ou na parte da manhã, solicitem da Presidência as suas indicações.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei no. 92/77. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Diretor Presidente da TELEPAR, reivindicando reparações urgentes nos serviços de telefone nas cidades de Cruz Machado e Bituruna. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel lido da tribuna, solicitando voto de congratulações a S. Exa. o Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, pela nomeação do Engenheiro Tancredo Benghi, nas altas funções de Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem. — Em discussão.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Peço a palavra, Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Fica transferida para a próxima sessão, a discussão do requerimento.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Del Ciel, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Diretório Central dos Estudantes da Fundação Universidade Estadual de Londrina, pela promoção da 3.ª Semana de Atualidades em Londrina, realizada de 06 a 11 do corrente mês. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra,

lido da tribuna, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Diretor do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem, no sentido de determinar o pagamento das horas extras trabalhadas, especialmente os que prestam serviços no 15.º Distrito Rodoviário. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Del Ciel, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado Pedido de Informações à Secretaria dos Transportes, indagando da situação de liberação do Pró-Safra aos municípios paranaenses. — APROVADO.

A Presidência toma a liberdade de manter este requerimento sobre a mesa e, ao término da exposição que fará o Sr. Secretário de Transportes, entregá-lo para verificar a possibilidade de que ele prontamente responda nesta sessão.

O SR. DEL CIEL — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Del Ciel.

O SR. DEL CIEL — Tão somente para solicitar de V. Exa. a tramitação regimental da matéria, visto que não seria justa a solicitação. É impossível para o eminente Secretário dos Transportes atender às indagações que aí fazemos em função do número de municípios, valores, dados esses que o eminente Secretário não possuirá na oportunidade, informação que já nos foi fornecida pelo líder da bancada de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência informa a V. Exa. que, regimentalmente, estava na obrigação de fazer com que o requerimento tramitasse normalmente. Só aduziu que possivelmente poderia indagar de S. Exa. sobre as informações ali contidas.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Finanças, contendo Pedido de Informações dirigido ao Banco do Estado do Paraná. — APROVADO.

A Presidência solicita do eminente Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, faça em nome da Mesa, o obséquio de acompanhar S. Exa. o Sr. Secretário dos Transportes, que se encontra no Salão Nobre deste edifício, até esta mesa, para que S. Exa. possa fazer a exposição que pretende.

A Presidência, com a aquiescência do Sr. Secretário Osiris Stenghel Guimarães, preferiu que a palestra de S. Exa. fosse feita neste plenário. Muito embora, anteriormente, houvesse designado como local, o auditório do térreo deste edifício.

Considerando que a sonorização deste plenário está em condições, o que não ocorre no térreo, e consultado S. Exa., fará com que os Srs. Deputados possam assistir a esta exposição neste Plenário, durante a sessão. (Pausa).

A Presidência, em nome da Mesa, deseja expressar os seus agradecimentos, por registrar a satisfação de contar com a presença, neste Plenário, de S. Exa. o Sr. Engenheiro Osiris Stenghel Guimarães, titular da Secretaria dos Transportes do Estado do Paraná. Que atendendo o convite desta Presidência, vem a esta Casa, para fazer uma exposição sobre o quadro em que se apresenta hoje, o programa de rodovias estaduais. E, na oportunidade, S. Exa. o Sr. Secretário dos Transportes, coloca-se inteiramente à disposição dos Srs. Deputados da Aliança Renovadora Nacional e do Movimento Democrático Brasileiro, para responder às indagações que por ventura possam esclarecer os eminentes parlamentares sobre a atividade da Pasta que S. Exa. é titular.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — (Pela ordem) Sr. Presidente, para conferir racionalidade necessária na fase de debates e perguntas, em entendimento com o líder do MDB, nesta sessão, Deputado Enéas Faria, nós solicitamos aos Srs. Deputados que se inscrevam para as perguntas, que é livre, com as respectivas lideranças.

Era só a comunicação que eu tinha a fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) O que V. Exa. propõe

em questão de ordem, tem amparo regimental. E a Presidência portanto, solicita que os Srs. Deputados façam as suas inscrições, na oportunidade, junto à Presidência.

Tenho a satisfação de conceder a palavra ao Sr. Dr. Osiris Stenghel Guimarães, DD. Secretário dos Transportes, do Estado do Paraná.

**O SR. SECRETÁRIO DOS TRANSPORTES** — Sr. Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Ivo Thomazoni, Srs. Membros da Mesa da Assembléia, Srs. Líderes da Arena e do MDB, Srs. Deputados.

Eu aceitei com muita satisfação o convite que me foi formulado pelo Deputado Ivo Thomazoni, para vir ao Plenário desta Assembléia, expor alguns aspectos da política rodoviária do Estado do Paraná. E me colocar inteiramente à disposição dos Srs. Deputados para algumas perguntas, e, por que não dizer, para algum debate sobre o assunto. E peço até mesmo excusas aos Senhores, de não ter trazido um depoimento por escrito. Acredito que é de muito mais validade, nós poderemos conversar livremente, e eu passaria apenas a dar algumas idéias sobre temas que têm surgido ultimamente na imprensa, na televisão, sobre programas que a Secretaria vem realizando. E deixaria, como já disse, para uma fase posterior, para responder aos Senhores Deputados.

Os Senhores sabem perfeitamente que o incremento da produção agrícola do Paraná, de 1970 a 1976, passando de 6 milhões e 500 mil toneladas, para 16 milhões e 500 mil toneladas; a nossa produção, portanto, sofreu um acréscimo de 154 por cento. Enquanto que no mesmo período, o incremento da rede pavimentada foi de apenas 48 por cento, sendo que o maior esforço se fez a partir de 1973. Desta forma, o Estado do Paraná, se apresentava com um vazio, ou como um vazio e necessário, portanto, algumas medidas de natureza administrativa e técnica para que esses vazios fossem preenchidos. A política estadual, no setor rodoviário, passou, então, a encarar como responsabilidade primeira, a execução dos eixos viários básicos, ou seja, os grandes troncos para exportação e os grandes troncos de interligação com outros Estados.

Os Senhores sabem, perfeitamente, que o Plano Nacional de Viação contempla uma série de rodovias, no Estado do Paraná, como rodovias federais; daí, então, o nosso interesse em incrementar a construção dessas rodovias, passando o Estado, através da Secretaria de Transportes, a agir na malha rodoviária secundária, ou seja, nas rodovias alimentadoras.

Se os Senhores analisarem o comportamento do Plano Nacional de Viação e do II PND, há pouco mais de 4 anos atrás os Senhores veriam que o Paraná tinha sido contemplado pelo II PND, com cerca de dois mil e oitocentos quilômetros de rodovias principais pavimentadas. Hoje, ao final de 4 anos, nós estamos com cerca de seiscentos e poucos quilômetros concluídos e devemos chegar, até o final do próximo ano, com cerca de 800 quilômetros. Portanto, há uma defasagem muito grande em relação à programação inicialmente estabelecida. O Estado, então, passou a ter que investir alguns recursos, também, no Plano Viário Básico, e nessas condições, nós assumimos algumas rodovias troncos, como é o caso da rodovia que liga a BR 153 a Palmas, Pato Branco, o prosseguimento dessa rodovia, até Capanema; um trecho da BR 476, ligando Ivaiporã a Pitanga e etc.

Mas, o principal objetivo da política estadual foi concentrada na realização de um plano de rodovias alimentadoras; rodovias alimentadoras essas que, num primeiro estágio, através de um empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento, empréstimo esse chamado para rodovias vicinais, nós fizemos a implantação básica de mil e trezentos quilômetros de rodovias. Posteriormente, decidiu-se a pavimentação dessa rede viária secundária, com novas técnicas de pavimentos; novas técnicas de pavimentos essas, que vão desde o dimensionamento da rodovia à utilização de classe de rodovia, diferente daquela classe que é adotada pelo Plano Nacional de Viação, portanto, uma utilização de nomenclatura estadual e não a adoção de nomenclatura federal; a utilização de novos métodos de pavimentação, principalmente no que diz respeito à utilização de novos métodos de compactação; a utilização de materiais locais, de preferência locais, para diminuir o custo de construção de estradas; enfim, uma série de medidas técnicas que se aplicadas, corretamente, propiciarão ao Estado do Paraná, uma malha viária secundária que deverá desempenhar as funções que o Estado pretende, qual seja, de grande exportador de produtos agrícolas e produtos semi-faturados.

Nestas condições, nós empreendemos um Plano Viário que poderia se dizer, até mesmo ambicioso. Para os Senhores eu vou ler, aqui, para terem oportunidade de se fixar nos números. No período de 75-79, já foram concluídos em 75 e 76 km de rodovias pavimentadas. Em 76, foram concluídos 582. Portanto, 75, 76, nós concluímos 674 km; 77, a previsão para conclusão é de 1.200 km. Em 78, a previsão com o programa a ser financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, já em negociação, nós devemos concluir mais 1.700 km. Em 79, até o final do atual Governo, mais 512 km. Isto dá um total geral de 4.167 quilômetros. Desses 4.167 quilômetros, 1.400 km são de rodovias principais, portanto, rodovias de primeira classe.

2.760 km. são de rodovias alimentadoras, portanto, de pavimento econômico. Os investimentos necessários vão à ordem de 11 milhões e cem mil cruzeiros, ou seja, 11 bilhões.

Em 1975, foram 596 milhões aplicados pelo DER; em 1976, um bilhão e duzentos milhões; em 1977, 2.643; em 1978, a previsão é três e cem; em 1979, aí o orçamento do ano será de três bilhões e quatrocentos milhões de cruzeiros. Portanto, há um dispêndio bastante grande no setor de transportes, que coloca o setor hoje em evidência em relação às demais aplicações do Governo Estadual em infraestrutura para o desenvolvimento.

Além dos recursos estaduais é evidente que o Estado tem procurado obter alguns recursos externos. E aí eu me permitiria falar, rapidamente, sobre o Programa que está sendo negociado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, que prevê um empréstimo ao Estado do Paraná, de 55 milhões de dólares, empréstimo esse que o Governador deverá assinar na próxima segunda-feira, em Washington. Esse empréstimo se destina basicamente à execução de 1.174 quilômetros de rodovias.

Esses 1.174 estão assim distribuídos: para implantação básica e pavimentação, 653 km. Somente pavimentação, rodovias, cuja implantação básica foram feitas com recursos parcialmente financiados pelo BNDE, 403 milhões. Terraplanagem e revestimento asfáltico, mais 118 km. Obras de arte especial, pontes e viadutos, 1.676 metros.

O investimento global do programa é de cerca de três bilhões de cruzeiros, ou seja, em dólares, cerca de 180 milhões de dólares.

A participação do Banco Interamericano de Desenvolvimento na programação, é em cerca de 29,3 por cento, correspondendo aproximadamente a 800 milhões de cruzeiros, sendo que a parcela do Estado é cerca de 70 milhões de cruzeiros.

Bem, de qualquer maneira, nós temos um Programa amplo pela frente, e que há necessidade inclusive, de se obter cada vez mais, novos recursos.

Então, estamos hoje estudando e os Srs. devem ter ouvido já alguma notícia sobre a possibilidade de construção, da ligação Cambé - ou melhor dizendo, Londrina - Maringá, através de um projeto de rodovia com pedágio em estudo possivelmente para ser feito um programa de rodovia concedida.

Eu gostaria de dizer aos Srs. Deputados, que esse Projeto ainda está em fase bastante preliminar de estudo, muito embora, diga-se de passagem, já existe um estudo de viabilidade exe-

cutado pela firma TRANSPLAN, a respeito da construção da rodovia, em que prevê a construção através da cobrança de pedágio. Mas, de qualquer forma, na Rodovia Londrina-Maringá, absorverá cerca de um bilhão de cruzeiros no governo estadual, considerando um custo de implantação básica mais a parte de desapropriação, contorno de Maringá, etc. e que dificilmente, o Estado teria a curto prazo, este recurso disponível para execução de obras de tão grande vulto. É bem verdade que talvez seja hoje, uma das poucas rodovias do Estado, que tem condições reais de implantação, mediante esta modalidade, ou seja, mediante a modalidade de cobrança do pedágio e até mesmo a modalidade de rodovia concedida. Nós temos exemplos de rodovias concedidas em vários países, e temos não só países altamente desenvolvidos, como é o caso dos Estados Unidos da América, temos também em países da Europa, e até mesmo países latino-americanos, é o caso do México. Nós estamos pretendendo na realidade, uma solução, ou tentando através da formação de uma empresa, inicialmente, pensou-se numa empresa privada o que seria bastante difícil porque dificilmente nós conseguiríamos atrair capitais, atrair Bancos, que investissem na execução de uma rodovia, para mediante a cobrança de uma taxa que é o pedágio, esta rodovia fosse ressarcida num prazo de 20 ou 25 anos e claro, venceria uma concessionária de serviço público. Há uma fórmula que é uma fórmula aceitável, provavelmente, seria criação de uma empresa de economia mista, no qual o Estado participaria, poderiam participar outras entidades públicas ou estatais ou paraestatais e mais, participação de grupos de construtores, grupos financeiros, até mesmo grupos interessados na exploração de algumas facilidades que a rodovia poderia dar, como postos de gasolina, hotéis ou motéis, etc.

De qualquer forma, as notícias têm sido dadas e eu gostaria de dizer em primeira mão aqui, para os Srs. Deputados, que nós estamos apenas estudando, e estamos mesmo com algum convite para irmos à França, visitar algumas empresas do governo que tratam deste assunto, e que têm a seu cargo a exploração de rodovias concedidas.

Naturalmente, que na minha volta eu prometo aos Senhores, que virei aqui fazer algum depoimento a respeito disso, e dar algumas conclusões pelo menos preliminares, se há condições de se pensar neste programa ou se nós teríamos que partir como partiu São Paulo, para a construção da rodovia, nos métodos tradicionais, isto é, com orçamento próprio do Estado e aplicação possivelmente, de recursos externos ou intermos através de financiamentos.

Lembro aos Senhores, que São Paulo também, fez ou tentou fazer essa experiência na via-norte do Governo passado, e não sabemos exatamente qual a razão, mas o fato é que a via-Norte está sendo construída através dos métodos tradicionais, com recursos estaduais e com empreiteiras, sem nenhum financiamento a não ser financiamento interno do Banco do Estado de São Paulo.

De qualquer forma, a tentativa nos parece válida na busca de melhorar cada vez mais a rede, a malha viária básica do Estado do Paraná.

Gostaria ainda de lembrar aos Srs. que o Governo Federal através do DNER, vem executando já a duplicação do trecho Curitiba - Paranaguá, Curitiba - Campo Largo e, possivelmente, abrirá concorrência para atender o trecho Campo Largo - Spréa ainda este ano, segundo estamos informados.

Isso dá aos Srs. uma visão de que algumas rodovias, como a BR-272 e BR-379, têm necessidade urgente de duplicação, em alguns trechos até de serem feitos outros melhoramentos, até quadruplicação de pistas, dado o volume de tráfego.

Lembro que a rodovia de maior volume de tráfego é a Londrina-Cambé, Cambé-Apucarana, Apucarana-Maringá.

De modo que temos que olhar com especial carinho para a BR-369, tendo em vista os problemas que essa rodovia

vai apresentar com vistas a cargas que estão sendo por ali carregadas por essa via, com destino a Itaipu.

E por último, só para finalizar esta primeira parte, acredito, seja a mais importante para os Srs., a parte das perguntas e respostas, quero me referir rapidamente ao programa da Pró-Safra. Programa que a Secretaria dos Transportes instituiu com vistas a dar um apoio às Prefeituras para abrir estradas municipais.

O programa Pró-Safra tem aplicação direta dos municípios, sem ingerência do DER, e para revestimento primário e construção de pontes. Programa esse que vem se desenvolvendo de forma bastante satisfatória, muito embora reconheçamos algumas deficiências.

E os Srs., é claro, sabem melhor disso do que eu, que os municípios nem sempre têm condições favoráveis para execução desse programa. Parte-se da premissa que o município tenha que ter pelo menos um plano rodoviário um mapa rodoviário e também a prestação de contas do Fundo Rodoviário que deve estar perfeitamente em dia.

Mas, de qualquer forma, bem ou mal, esse programa teve um impacto muito grande, porque, diretamente, está contribuindo com o município para a melhoria das rodovias municipais e intermunicipais.

Essa programação diminuiu, em muito, as reclamações que eram constantes durante a temporada de chuva, em época de escoamento de safra.

Hoje, temos a satisfação de dizer que temos tido poucas reclamações no sentido de não atendimento do Estado aos municípios por parte da Secretaria, para que as safras sejam canalizadas para as rodovias secundárias e destas para as rodovias tronco que irão levar o produto ao Porto de Paranaguá. Porto esse que é uma autarquia que está a cargo do Estado e que vem desempenhando uma função de importância fundamental para a economia paranaense. O Porto já exportou este ano cerca de 4 milhões e 700 mil toneladas, o que não deixará dúvidas, irá superar a meta de exportação do ano anterior, muito embora tenha havido um pequeno decréscimo, tendo em vista a diminuição da importação de combustíveis através do Porto de Paranaguá, com entrada em operação no ano passado, da Refinaria da Araucária.

Mas, felizmente, isto vem sendo superado porque, gradativamente, a exportação de grãos e de farelos têm aumentado.

Eu creio que rapidamente, em rápidaspinceladas, aqui-lo que nós gostaríamos de dizer aos Srs. Deputados e pediria mesmo que nós passássemos à nossa conversa mais direta.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Eu tenho a satisfação de conceder a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria, vice-líder do MDB, respondendo nesta sessão pela Liderança da bancada do MDB.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, Sr. Secretário.

Cabe-nos, em nome da bancada do MDB, apresentar a S. Exa. o Sr. Secretário, o nosso aplauso pela atitude que adota em vir a esta Casa dialogar, conversar, expor e ser inquerido pelos representantes do povo que aqui têm assento.

Saiba V. Exa. que a atitude que acaba de adotar cala, e profundamente, as consciências dos homens do MDB nesta Casa. Tenho a certeza também que V. Exa. haverá de colher dos Deputados Oposicionistas que irão interceptá-lo, haverá de colher o maior interesse, haverá de colher até talvez, quem sabe, a impertinência em busca de informações que nos são úteis, que nos são necessárias mas que sairá daqui levando, tenho a certeza, Sr. Secretário, do MDB a distinção, o cavalheirismo e elegância que V. Exa. merece.

Para iniciar, Sr. Presidente, esta série de debates, falará o Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Secretário, nós gostaríamos de,

inicialmente, fazemos a pergunta que a imprensa nos últimos dias tem noticiado. Refere-se e os Srs. Deputados todos querem saber exatamente, qual a razão e quais os detalhes da suspensão e não suspensão da Rodovia do Talco?

O SR. SECRETÁRIO — Em primeiro lugar, eu queria aproveitar a oportunidade para agradecer as palavras do Deputado Enéas Faria, vice-líder do MDB e dizer ao Deputado e aos demais companheiros da ARENA, Deputados da ARENA, que eu me sinto muito à vontade quando eu posso e tenho condições de participar de um debate como este.

E me sinto à vontade porque eu não tenho, e eu posso dizer aos Srs. que são testemunhas, nenhuma ambição política e, portanto, — política eu digo política de eleição, de cargo eletivo, é claro que desempenho uma função política como Secretário de Estado. E, portanto, venho e percorro o interior, procurando dialogar tanto com Deputados da Situação como da Oposição, sem entretanto querer, de forma alguma me sobrepor, fazer sombra

Então isto me dá, de certa forma, uma desinibição para poder conversar e dialogar e até mesmo porque os nossos propósitos e a nossa conduta, são realmente de interesse da coletividade, não de interesse próprio.

De modo que eu agradeço o Sr. Deputado Enéas Faria e passaria a responder mais diretamente às perguntas do Deputado Deni Schwartz, meu colega, e que está até preocupado com Ponta Grossa, sendo ele um dos líderes da região Sudoeste do Paraná.

Mas, eu passarei a responder singelamente:

— O que na realidade houve com o problema da Rodovia do Talco, foi o seguinte:

A rodovia foi solicitada, ou, vem sido solicitada há muitos anos, pela região de Ponta Grossa, com uma reivindicação, é claro, muito justa, porque é uma rodovia de penetração, é uma rodovia que abre uma perspectiva para uma nova região, uma região de minério; embora seja chamada Estrada do Talco, na realidade poderia ser chamada Rodovia do Calcário porque além do talco, do calcário, tem outros minérios que poderiam ser explorados em maior escala do que vêm sendo. E é uma rodovia, a atual rodovia que existe, bastante precária.

Então nós procuramos, inicialmente, com um convênio com a Prefeitura de Ponta Grossa, executar o projeto de engenharia, convênio este que foi feito com o DER, e a Prefeitura até mesmo entrou com créditos do artigo 20, para que este projeto de engenharia fosse executado, isto já há cerca de dois anos que o projeto foi iniciado, e eu me recordo que no dia 15 de janeiro, 18 de janeiro deste ano o projeto ficou totalmente concluído e foi inclusive entregue, em cerimônia pública, ao então Prefeito de Ponta Grossa, dando portanto conhecimento de que aquela primeira etapa do trabalho estava concluída.

Há aqui a tecer algumas considerações rápidas, de ordem interna:

A rodovia atual tem um traçado que liga, em Ponta Grossa, próximo ao bairro de Uvaranas; o novo projeto prevê a ligação, próximo à SAMBRA, à CARGIL, à cidade industrial de Ponta Grossa. E ela tem, além disto, uma vantagem, que seria, passar próximo aos terrenos do futuro "Campus Universitário" de Ponta Grossa e portanto ela já daria de certa forma, uma utilização para o "Campus Universitário"; e passaria também num determinado ponto onde está previsto a construção, também, do futuro aeroporto de Ponta Grossa, chamado Aeroporto de Butiquara.

Então a rodovia foi dada a público, foi dado ao conhecimento público, em janeiro, foi divulgado, não houve segredo algum.

Nós, quando discutimos a programação com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, incluímos esta rodovia na programação do BID, naquela parte exatamente que se refere

à terraplenagem, de investimento primário, com 118 km; esses 118 km são assim distribuídos: a Rodovia de Itaiacoca, a Rodovia de União da Vitória a Cruz Machado, e Mallet a Cruzópolis. São três trechos portanto.

Fizemos, como estamos procedendo, a concorrência e fomos de certa forma tomados de surpresa com um requerimento da Câmara de Ponta Grossa aprovado por unanimidade, pedindo a modificação do traçado da estrada e levantando até certa dúvida quanto à diretriz da rodovia, que estaria, segundo esse documento, beneficiando grupos ou sei lá... De qualquer forma, a atitude do Governador foi de, imediatamente comunicar à Câmara de Ponta Grossa, que tomava conhecimento, é claro, daquele documento, e iria sustar o andamento da rodovia para que o assunto fosse devidamente esclarecido, o que na realidade foi feito.

Então, hoje, se os Srs. me perguntarem em que está eu lhes respondo da seguinte maneira: a concorrência internacional foi realizada, está sendo publicada a pré-qualificação hoje, mas o resultado deste trecho está sustado até decisão em contrário. Provavelmente esta decisão não só caberá ao Governador, como também o Governador terá necessidade de uma série de informações a respeito do assunto para que novamente o projeto, se for o caso, seja reestudado, o que dificilmente acredito seja necessário, porque o projeto, no meu entender, atende perfeitamente a região de Itaiacoca.

É claro que, para aqueles que conhecem a região de Itaiacoca, que é bastante espalhada, com uma série de minerações em diversos pontos, haverá necessidade de uma complementação de rodovias tipo dessas de "Pró-Safra", para que essa rodovia, embora não seja uma rodovia de primeira classe, atenda às finalidades para a qual ela foi planejada. E digo mais, Sr. Deputado Deni, na relação das prioridades, ou melhor, no estudo de viabilidade técnica e econômica dos vários trechos submetidos ao BID esta rodovia é a que apresenta a relação de custo menor. Ela dava a relação de custo igual a um, as outras apresentavam maior. Então, ela tinha, na realidade, foi aceita no programa até mesmo em caráter pioneiro de abrir uma nova região no Estado e abrir uma região com ótimas perspectivas. É uma região já conhecida como de boas perspectivas e, principalmente para aqueles que necessitam de corretivo para a agricultura. Itaiacoca é bem mais perto do que se levar corretivos de Colombo, bem mais perto do Norte do Paraná, bem entendido.

De modo que acho que é uma rodovia de grande importância. E, como já disse, vamos reexaminar o assunto, mas acredito que dificilmente teremos que modificar esse projeto, modificar as diretrizes da estrada. Não sei se respondi a pergunta.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, Srs. Secretário.

De igual maneira, em nome da bancada da ARENA, acredito que é uma satisfação contar com a presença de S. Exa. o Sr. Secretário de Transportes que dá, assim, a dimensão de sua personalidade democrática e de homem afeito ao diálogo. Dentro da sistemática que nós convencionamos, irá fazer uma pergunta ao Sr. Secretário, o Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Secretário. Eu gostaria de dividir a indagação em dois aspectos. O primeiro aspecto, de ordem regional, da região que tenho a honra de representar nesta Casa, do Sudoeste e parte do Oeste do Paraná, onde julgo conveniente, inclusive, testemunhar o trabalho que a Secretaria de Transportes vem fazendo naquela região, que atende a mais antiga e justa aspiração daquela produtora região. O Sudoeste sente-se contente, com o trabalho que a Secretaria dos Transportes vem realizando no Sudoeste do Paraná. Mas gostaria de perguntar a V. Exa., Sr. Secretário, no aspecto regional, se as obras, ou melhor dizendo, se as estradas que estão em fase de concorrência, para projeto, serão inicia-

das, ainda no atual período administrativo, do Governador Jayme Canet Júnior?

E em segundo lugar, gostaria que V. Exa. estudasse a possibilidade da construção de um aeroporto pavimentado na região fronteira? E justifico a solicitação, tendo em vista que é uma região, inclusive, de Segurança Nacional.

A Secretaria dos Transportes já asfaltou dois aeroportos, na região Sudoeste do Estado do Paraná: um em Palmas, que nós também consideramos Sudoeste; e outro em Pato Branco. Temos também o aeroporto pavimentado de Francisco Beltrão. Mas gostaríamos também que V. Exa. estudasse a possibilidade da construção do aeroporto pavimentado na região fronteira do Paraná com a Argentina.

Em terceiro lugar, gostaria de perguntar a V. Exa., já que as notícias que os jornais estão divulgando, de que a Rodovia "Free Way" Maringá, que V. Exa. acabou de expor, parece que bate recorde nacional, o tráfego que se não me falha a memória, de 16 mil veículos; gostaríamos de perguntar a V. Exa. se o estudo de viabilidade efetuado pela Transplan, já indica a possibilidade de realizar esta estrada ou não? E em caso positivo, se V. Exa. pretende, como julgamos conveniente, dar prioridade a uma empresa nacional, para a execução e para a exploração da obra?

Como última indagação, Sr. Secretário, perguntar a V. Exa., como anda a disparidade entre os funcionários estatutários e os funcionários contratados pela CLT?

O SR. SECRETÁRIO — Bom, o que o Deputado Luiz Alberto Oliveira pretende, é uma conferência paralela. Mas, de qualquer forma, nós vamos tentar rapidamente responder a pergunta composta de vários itens, que são os mais variados possíveis.

Bem, primeira pergunta: se refere exatamente à região Sudoeste do Estado do Paraná, em que algum esforço está sendo feito pelo Estado, para melhoria das rodovias.

Os Senhores sabem, e alguns aqui são líderes da região, e conhecem bem os problemas que o Paraná já enfrentou num passado não muito remoto, até mesmo com separatismo do Oeste do Paraná. Que, dada, principalmente a condição de isolamento daquela região, do Estado; então, tivemos a preocupação de procurar, a curto prazo, sanar esses inconvenientes, que traziam realmente uma defasagem muito grande entre o que produz hoje o Sudoeste do Paraná e aquilo que o Estado estava na realidade, estava aplicando na região. Isto é sem, vamos dizer, sem demagogia nenhuma. Isto é a verdade. O que o Sudoeste produzia era muito mais do que o Sudoeste recebia. E eu não me refiro só ao Sudoeste; eu me refiro também a outras regiões, principalmente à região Oeste. Que é claro, os Senhores vão — alguns poderão até dizer: — mas a região do centro etc. Essas regiões cresceram ultimamente mais rapidamente do que as outras. Ou melhor, cresceram mais em virtude, inclusive da instabilização de outras regiões do Estado. Não estagnação, porque, felizmente, o Estado do Paraná não tem hoje nenhum município que esteja estagnado. Isto é conhecido de todos nós.

Mas o Sudoeste, conta hoje, com uma malha viária, eu diria, razoável, se não é a melhor, é o que se pode fazer.

Nós estamos pavimentando a BR-153, a Palmas que deve ficar concluída, se Deus quiser, até o fim do ano; e, de Palmas a Pato Branco até o fim do ano que vem.

Terminamos o trecho de Francisco Beltrão, aliás, de Pato Branco a Francisco Beltrão, no final do ano passado e, deveremos concluir, até o final do ano, a ligação de Francisco Beltrão-Ampere.

Já está em execução Ampere até Realeza e deve ser iniciado por esses dias, já assinamos o contrato na semana passada, para a ligação de Realeza a Capanema.

Estamos com um projeto de engenharia em execução da ligação de Ampere a Santo Antônio do Sudoeste; contratando, também, um projeto que liga Pérola a esta rodovia que vai ser

iniciada; estamos com o projeto, em fase final, de Realeza até Capitão Leônidas Marques; estamos recebendo já o projeto Leônidas Marques até Santa Teresa, que deve ser colocado em concorrência mais uns 30 dias, pelo menos, esses 2 trechos.

Então, nós já interligaríamos até o Sudoeste com uma rodovia com características de rodovia principal, com a região Oeste do Paraná, portanto, com a região de Cascavel.

Aqui, na região mais centro, digamos assim, do Sudoeste, nós estamos pavimentando com pavimento econômico, a ligação que vai de Francisco Beltrão a Dois Vizinhos, de Dois Vizinhos até a Foz do Chopim, de Foz do Chopim à BR-277, aproveitando aquela ligação que já existia, rodovia secundária que permitirá uma ligação a mais com a BR-277. Estamos com a concorrência, há um trecho já contratado, os outros 3 trechos em fase de licitação, dentro deste Programa do BID que liga a BR-373 com São João, aliás, Chopinzinho, São João, Salto do Lontra, Dois Vizinhos, aliás, Salto do Lontra para cá, Dois Vizinhos até Santa Isabel. Portanto, mais uma rodovia secundária, vamos dizer transversal.

E estamos elaborando o projeto da ligação de Chopinzinho com a Salto Santiago, interligando já, com a Rodovia Salto Santiago acabada de concluir, destinada à usina do Salto Santiago; projeto, também, de Mangueirinha até a BR-373. Estamos, também, com o projeto de ligação de Itapejara a Verê e, lembro ainda, em fase de conclusão o trecho de Pato Branco a Itapejara.

Portanto, se os Senhores olharem, rapidamente, para a região Sudoeste do Paraná, nenhum dos municípios do Sudoeste ficará sem ligação com rodovia principal, a menos a de Barracão que deverá ser ligada, num futuro próximo, através da BR-373, com Marmeleiro e Pato Branco. E Salgado Filho que tem uma ligação secundária porque realmente, é uma situação bastante difícil; não se justificaria, nesta primeira etapa a ligação pavimentada com Salgado Filho, sendo que o município é um município bastante pequeno, o volume de tráfego não compensa.

Estamos, também, já com uma, em concorrência, a ligação aqui próxima a Francisco Beltrão, com Enéas Marques. Então, os Senhores vejam que as obras que não foram ainda contratadas, eu poderia responder, mais explicitamente ao Deputado Luiz Alberto Oliveira, elas serão contratadas até o final do Governo, pelo menos, aquelas que são de responsabilidade do Estado. Estou frisando isso, porque existe a rodovia que liga Pato Branco, Marmeleiro a Barracão, que é a BR-373, de responsabilidade federal. Essa depende, naturalmente, de alocação de recursos federais.

Outra pergunta sua, foi quanto à construção de um aeroporto próximo à fronteira; nós já determinamos ao pessoal do Departamento Aeroviário que fizesse uma vistoria e verificasse da possibilidade da melhoria de um campo de pouso próximo a Santo Antônio do Sudoeste. Não poderia lhe dizer se, de imediato, esse aeroporto teria condições de ser pavimentado.

Acredito que, dado os compromissos que temos neste orçamento e no próximo ano, dificilmente nós teríamos condições de incluí-lo na programação de 1978. De qualquer forma, às vezes, possibilidades através de convênios com a Prefeitura, ou até mesmo com Prefeituras em se tratando de um aeroporto que poderá ter interesse não municipal, mas até mesmo regional.

Quanto à outra pergunta, foi sobre a "Free Way". O estudo da viabilidade feito pela Transplan, ele realmente chegou à conclusão de que há viabilidade para a execução da rodovia mediante a cobrança de pedágio. O que vamos dizer, não apresenta assim maior surpresa, dado o volume de tráfego que nós temos na região Norte do Estado do Paraná.

Eu acredito mesmo, e nós estamos até procurando fazer uma revisão, ou melhor um cheque no estudo de viabilidade, porque este estudo de viabilidade foi feito cerca de três anos atrás, para verificar o comportamento da economia da região nes-

ses últimos dois anos, principalmente em função dessas medidas restritivas no uso de automóveis, e claro que isso poderá ter algum reflexo.

Mas eu posso lhe dizer, de antemão, que não houve decréscimo no tráfego projetado para o ano de 1977 neste estudo que foi feito, se não me falha a memória em 1975.

Acredito que não há dificuldade nenhuma para que a rodovia seja implantada, a menos de recursos orçamentários que realmente são vultuosos. Como já tive oportunidade de dizer, essa rodovia deverá custar com acesso a Maringá etc., um (1) bilhão de cruzeiros, e dificilmente o Orçamento do Estado comportaria a curto prazo a realização de uma obra de tal magnitude. Em todo o caso, o projeto está feito, vamos dizer, está em fase de discussão, até mesmo a idéia da "free way" foi lançada, vamos dizer assim, de público para que ela fosse discutida, amplamente discutida. Que aparecessem as opiniões, que são importantes. E quero lhe dar mais um esclarecimento. O Senhor falou em empresas estrangeiras. Não se pensou em nenhum momento em dar a exploração, a concessão, para empresas estrangeiras. O que se pensou sempre foi a possibilidade de empresa ou empresas nacionais e principalmente empresas construtoras nacionais que têm "know how" suficiente para a construção. Não há necessidade de se buscar isso no estrangeiro para a exploração da rodovia.

O que se pensou em aproveitar de técnica, vamos dizer, fora do país, é exatamente o conhecimento que nós não temos ou a experiência que nós não temos desse tipo de serviço, ou desse tipo de concessão, principalmente porque a fase menos importante, digamos assim, é a fase de construção. Essa é a que dispense inicialmente o maior volume de dinheiro.

Mas os Senhores imaginem que uma rodovia dessas terá que ser projetada, construída e mantida durante vinte anos com toda a taxa de pedágio. Quer dizer, não haverá outra maneira de se carrear recursos para a rodovia, enquanto que o tradicional não é isso. Uma rodovia projetada, é estudada para atender um determinado tráfego para um determinado número de anos. Se ela esgota a sua capacidade em menor tempo, ou se ela sofre alguma mutilação durante esse tempo, o Estado intervém, reconstrói e vamos dizer, mantém a conservação durante o período que ela é utilizada.

De modo que é realmente uma idéia bastante nova e que precisa ser bem verificada sob os vários aspectos. Talvez os aspectos de construção sejam, até os menos importantes, de momento.

Quanto ao problema de disparidade de funcionários eu gostaria de dizer ao Deputado que, infelizmente, isso nós não podemos fazer como a avestruz, que mete a cabeça no buraco e pensa que ninguém está vendo. Nós temos e há necessidade de se corrigir, com esta reforma administrativa do DER, já a reforma prevê que o quadro do DER, o Quadro Próprio do DER será preenchido com funcionários CLT, e estamos estudando uma maneira para que os funcionários estatutários possam vamos dizer, ingressar neste Quadro, sem prejuízo evidentemente, da sua vida funcional. Não é fácil porque o Sr. sabe que depende principalmente, de problema de contagem de tempo, contagem recíproca de tempo, mas, eu tenho impressão de que o assunto está sendo cuidadosamente estudado e deve ter uma solução.

A maior dificuldade ainda, se reflete nas classes universitárias. A disparidade maior, são nos profissionais liberais, nos engenheiros principalmente. Alguns têm tido assim a coragem de pedir demissão do Quadro Estatutário e passar para o Regime de CLT com vantagens naturalmente, de salários bastante expressivos. Outros, não têm tido essa coragem, claro, que depende de cada caso, o indivíduo tem que analisar a sua situação funcional.

Mas, nós dificilmente teríamos condições de corrigir essa situação que é bastante difícil, a curto prazo. Mas pelo menos,

está se tentando alguma solução. E essa solução acredito, que ela possa ser gradativamente implantada.

**O Sr. Domício Scaramella** — Secretário, se me permite?

Não é propriamente uma pergunta, que eu vou fazer a V. Exa. mas sim, um apelo: Já há meses passados, nós dirigimos um requerimento por intermédio desta Assembléia, aprovado pela Maioria, um apelo ao Sr. Ministros dos Transportes, para urgentes medidas na estrada que demanda de São Mateus a Curitiba, Com a abertura da BR-153, eu tenho a impressão que esta estrada não vai ter condições de suportar nem seis meses, o tráfego.

Essa estrada está sendo conservada pelo DER em convênio, quanto me parece. Eu quero fazer um apelo a V. Exa., o mais breve possível que V. Exa. interfira junto ao Sr. Ministro dos Transportes, não sei qual a fórmula de verba, mas que precisará de um revestimento à toda a prova, porque eu que viajo toda semana para União da Vitória, estou vendo a estrada se diluir, e a BR-153 ainda não foi inaugurada como V. Exa. sabe, mas, já está aberta ao tráfego, e os veículos que demandam do Rio Grande do Sul e Santa Catarina é um número muito grande. E com a abertura da BR-280, União da Vitória será novamente a porteira do Sudoeste, é aquilo que sempre debatemos nesta Casa. E o tráfego, eu tenho a impressão que se não for revestido, melhorado, vai haver interrupção do trânsito, isso é apelo que eu queria fazer a V. Exa. E já aproveitando rapidamente, eu só queria aqui como colaboração a V. Exa., como Secretário dos Transportes, e V. Exa. já falou com referência ao Pró-Safra. E eu estou observando na minha região, as verbas que V. Exa. em convênio com os Municípios, não só com os Prefeitos da ARENA, mas também vai aqui o nosso respeito com os Prefeitos do MDB, eu tenho a impressão que os municípios de pouco porte, não têm condições, nem equipamentos e nem técnica, para aproveitar essas verbas do Pró-Safra. Então, faço um apelo a V. Exa. não sei qual a fórmula que a Secretaria dos Transportes poderá fazer, mas, ao menos uma assistência técnica para que esse dinheiro seja bem aproveitado, principalmente os municípios de pouco porte como Paula Freitas, Paulo Frontin, Cruz Machado, Bituruna, que V. Exa. conhece, é este apelo que faço.

Muito obrigado, Sr. Secretário.

O SR. SECRETÁRIO — Obrigado, Deputado Domício Scaramella, e gostaria de dizer que realmente é muito importante para nós essa manifestação, bem como é importante para nós a manifestação de todos os Deputados que somam conosco os apelos que temos feito ao DNER, fazendo ver o problema que está surgindo no trecho União da Vitória-Curitiba. O trecho Curitiba-Araucária, como os Srs. sabem, praticamente acabou. A conserva do DER é insuficiente. A estrada não tem mais condições normais de conserva.

A semana passada, felizmente, conseguimos liberar uma verba, através de convênio do DNER. E conseguimos já iniciar o primeiro trecho de recuperação que, hoje, é o mais crítico, o trecho Araucária-Curitiba, dadas as condições de todo o tráfego urbano e da refinaria que passa nessa ligação.

O trecho Araucária-Lapa-São Mateus do Sul, realmente está diariamente sendo deteriorada a sua pavimentação. Quem viaja sempre por lá pode verificar isso.

Agora, pedimos autorização para o DNER para fazermos, pelo menos, o projeto de recuperação do pavimento. Ali não basta a recuperação de trechos pequenos, há necessidade de reforço total do pavimento, a exemplo do que se fez na Rodovia dos Minérios, que liga Curitiba a Rio Branco do Sul. É um problema de muito vulto e vai despende um volume muito grande de recursos. Para os Srs. terem uma idéia da recuperação dessa estrada, deve custar cerca de um milhão de cruzeiros o km. Portanto, os 150 km necessitarão de 150 milhões de cruzeiros, pelo menos. Pode ser que algum trecho não tenha necessidade de recuperação, assim como haverá necessidade de desvios

de estrada, como perto de São Mateus, e portanto, necessidade da construção de uma ponte.

Acho que é válido o que dizem os Srs. e peço até que os Srs. nos ajudem.

Porque, muitas vezes, o simples contato técnico não é suficiente, vamos dizer, para que os órgãos e mais distantes — porque não estão aqui — sintam o problema como sentimos, tendo em vista que eles têm outros problemas pelo País agora.

O Pró-Safra tem procurado ajudar os municípios pequenos, na medida do possível.

Mas não é fácil, mesmo porque a rede de manutenção de cada Distrito Rodoviário é bastante extensa, existe ainda uma grande quantidade de rodovias de leito natural e com revestimento primário, e o número de moto-niveladoras, caminhões, ainda é insuficiente, ou apenas suficiente para manter a rede viário atual.

Temos procurado facilitar a alguns prefeitos de municípios menores, têm tido, através do Pró-Safra conseguido comprar caminhões, pás carregadeiras, porque moto-niveladoras quase todos os municípios têm.

Temos dado, pelo menos o óleo para o refazimento de estradas, porque nem isso muitos municípios tinham condições de adquirir.

Então, se não se atinge aquele objetivo maior que é o revestimento primário pelo menos a municipalidade consegue manter as estradas em razoável estado de utilização.

Claro que em temporadas normais, sem chuvas excessivas. O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Muito obrigado, Sr.

Secretário.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Tem a palavra o Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Secretário, faria minhas as palavras do nobre Deputado Enéas Faria se eu, nesses 25 anos de vida pública já não o conhecesse sobejamente como homem afeito ao diálogo, como homem de elevado espírito público.

A presença de V. Exa. nesta Casa além de constituir uma honra a todos os Srs. Deputados, eu considero muito válida.

Oxalá os demais Secretários deste Estado se dispusessem a comparecer nesta Casa para um diálogo franco, num "tête a tête", podermos trocar idéias a respeito dos problemas da coletividade.

Eu solicitei a palavra por três motivos, um elogio, uma sugestão e uma crítica.

O elogio torna-se desnecessário, porque V. Exa. agora em resposta ao nobre Deputado Domício Scaramella já havia determinado um recapeamento, uns reparos necessários na Rodovia dos Minérios.

Era o elogio que eu tinha a fazer porque realmente é uma rodovia tão importante para a economia destes municípios de Rio Branco a Tamandaré e estava em péssimas condições não só quanto ao tráfego, mas principalmente quanto à segurança.

Os desastres que ali se sucediam, as vidas preciosas ali ceifadas, indicavam a necessidade imperiosa do poder público realmente proceder reparos.

Acabou terminando, concluindo, e que realmente deram nova estabilidade, nova feição àquela estrada para a satisfação de todos que por ali transitam.

Aí o elogio.

Agora a sugestão.

Se V. Exa. determinasse aos órgãos técnicos estudos no sentido da pavimentação da estrada que liga Almirante Tamandaré-Colombo.

Haveria um grande benefício, não só ao Município de Colombo, mas principalmente ao Município de Curitiba, que teria parte do tráfego pesado desviado.

Porque a pavimentação deste trecho encaminharia todo o tráfego pesado que se dirigisse ao Litoral e à São Paulo via Colombo, já desembocaria no início da BR-116.

Fica aí a sugestão a V. Exa.

A crítica.

A coletividade de Almirante Tamandaré, reiterada às vezes, tem comparecido ao DER e reclamado em vão contra a empresa que explora o serviço de transportes coletivos entre Curitiba e aquele município.

Há uma exiguidade de horários oferecidos ao público, hoje constituído na maioria de operários.

Porque ninguém desconhece que quase toda a região metropolitana é constituída de cidades dormitórias da capital.

Lá residem por condições econômicas, o aluguel é mais barato, as habitações são mais fáceis, mas aqui trabalham devido ao mercado de trabalho.

Mas a empresa não vem atendendo suficientemente os moradores de Tamandaré, principalmente aqui na região próxima à Cachoeira, vizinha do Município de Curitiba.

Eu acredito que o regulamento geral dos transportes coletivos do DER estejam a necessitar de uma revisão.

Porque acho que os prazos longos, longos demais concedidos às empresas, têm manietado na realidade o poder público.

Tanto nas novas concessões, como com relação a horários.

Entendo que o Poder Público no regime capitalista que vivemos, deve dar ao empresário a garantia do retorno do capital investido mas sem prejuízo da coletividade.

Então sugiro a V. Exa. estudos dos moldes do regulamento vigente do Município de Curitiba que é perfeito atendendo aos empresários com relação à segurança de seu capital, mas principalmente a coletividade curitibana.

Fica aí a minha sugestão e o meu agradecimento a V. Exa.

O SR. SECRETÁRIO — Eu passaria a responder ao Deputado

Erondy Silvério primeiro agradecendo o elogio que seria "jogar confetes" dizendo que era imerecido, mas, de qualquer forma o Deputado Erondy Silvério já me conhece como já disse, somos colegas de serviço há 25 anos desde o tempo em que era engenheiro da Prefeitura, que ainda sou aliás, mas eu gostaria de esclarecer que com respeito a esta ligação Tamandaré a Rio Branco do Sul...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Tamandaré-Colombo.

O SR. SECRETÁRIO — Tamandaré-Colombo, perdão... mas não deixa de certa forma de ligar Rio Branco do Sul; a estrada de Rio Branco, ela está sendo estudada dentro daquele programa da região metropolitana de Curitiba.

Nós estamos agora abrindo a concorrência à ligação de Campina Grande à BR 166, e haverá um prosseguimento de Campina Grande, vamos dizer, fechando o anel, pelo Norte de Curitiba.

Naturalmente que este anel não seria como uma rodovia de primeira classe, seria para interligação desses municípios, dando condições melhores de tráfego, no sentido de quem se destina das regiões produtoras de minério, para a região do Litoral, ou para São Paulo.

Quanto a esta crítica, Deputado, V. Exa. foi muito feliz em fazê-la, porque me dá oportunidade inclusive, de abordar um assunto que eu não havia abordado, que é o problema do transporte coletivo intermunicipal.

Eu gostaria de dizer e esclarecer, ao nobre Deputado, que, com esta reforma feita e introduzida na Secretaria dos Transportes, a responsabilidade dos transportes coletivos passou, do DER, para a Secretaria, e está sendo criado um Departamento chamado de Serviço de Transporte Comercial, que vai cuidar do transporte coletivo intermunicipal, e do transporte de carga nos seus vários aspectos.

E como não poderia deixar de ser, em se tratando de uma

nova entidade, recentemente criada, nós pretendemos introduzir novas idéias e novos métodos.

Há algum tempo atrás, V. Exa., tem conhecimento, nós contratamos, pela Secretaria dos Transportes, um estudo de Plano Diretor de transportes intermunicipais, através de uma concorrência pública realizada, em que foi vencedora a firma AMPLA, do Rio de Janeiro, que já trabalhou no DNER e em outros Estados, de modo que se tivesse um diagnóstico, o mais perfeito possível, da situação das linhas de transportes coletivos do Paraná, e das empresas de transportes coletivos.

Provavelmente neste diagnóstico — eu vou tomar nota aqui e vamos verificar — vão aparecer as dificuldades, as deficiências dessa empresa citada que eu pessoalmente não conheço, não tive oportunidade de percorrer o trecho, mas, sei das reclamações que há muitos e muitos meses vêm sendo feitas à Divisão de Transportes Coletivos.

Isto é do meu conhecimento.

De maneira que nós esperamos, Srs. Deputados, que, com esta nova mentalidade criando um novo departamento, se possa melhorar a atuação das empresas não só em função do serviço melhor que elas possam prestar ao usuário, como também a eficiência das empresas como empresas privadas.

Não nos interessa, vamos dizer, retirar ou socializar o prejuízo das empresas, mas, não nos interessa também dar lucros exorbitantes ou distribuir o lucro somente para o empréstimo.

Mas de qualquer forma eu posso dizer, já de antemão, que numa apreciação muito preliminar as empresas têm demonstrado uma receptividade para este plano, dando as informações que a Secretaria dos Transportes necessita, assim como a Prefeitura.

Isto possivelmente facilitará o nosso trabalho. E digo mais: aí pelo interior, as nossas empresas de transportes coletivos têm atendido, se não bem, razoavelmente bem o usuário, felizmente.

E isto nós podemos checar, viajando em outras empresas, até mesmo em linhas interestaduais, V. Exas., podem verificar isto, e até mesmo em alguns trechos que eu já tive oportunidade de verificar, em outros países.

De modo que o que se pretende, e eu acredito que se consiga, é realmente melhorar o transporte coletivo intermunicipal.

Dar condições para que realmente o indivíduo passe a preferir a utilização do ônibus ao invés de utilizar o automóvel, como hoje ainda é largamente usado.

Eu, pessoalmente, quando tenho uma viagem longa para fazer, com minha família, dou preferência ao ônibus, por uma série de convenientes para mim.

De modo que, acredito, Deputado, que é de grande valia mesmo e peço aos Srs. que nos ajudem, inclusive, a dar informações sobre as empresas, porque essas informações estão sendo catalogadas, estão sendo analisadas, para que possamos fazer uma melhor distribuição das empresas, dos horários, da utilização, enfim, das rodovias que nós estamos procurando melhorar.

Eu gostaria ainda de me elogiar um pouco porque ocorreu-me um aspecto muito importante e acho que convém chamar a atenção de todos e através da Assembléia talvez seja a melhor maneira de fazer este apelo: é o problema de segurança, e o problema de cargas nas rodovias.

Hoje nós estamos enfrentando um problema seríssimo com a sobrecarga de caminhões e me lembrei disso exatamente quando V. Exa. se referiu à Rodovia dos Minérios.

A Rodovia foi projetada e construída para um determinado tipo de carga.

Hoje transitam por aquela rodovia veículos com mais de 40 toneladas.

O máximo permitido pelo Código Nacional de Trânsito

é 40 toneladas, ou seja, 10 toneladas máxima por eixo. Fora disso só com autorização especial.

Então, vamos encetar uma campanha muito grande para o combate à sobrecarga nos veículos, porque essa sobrecarga traz uma deterioração da rodovia muito maior do que se imagina.

Para os Srs. terem uma idéia: uma rodovia projetada para 10 anos de utilização, com, digamos, 3 veículos por dia, se ela tiver uma sobrecarga de 10 por cento essa rodovia passará a ser utilizada em apenas 4 anos, com 10 por cento da sobrecarga.

E mais ainda, a composição do nosso tráfego é completamente diferente da maioria dos Países do mundo, porque nós temos, nas nossas rodovias aqui no Paraná, é típico isso, cerca de 40 por cento de veículos pesados, enquanto que em Países adiantados como é o caso da Inglaterra e dos Estados Unidos, esse volume de tráfego pesado cai a 15 por cento.

E o controle desses 15 por cento é muito mais rigoroso do que o nosso que temos praticamente zero de balança.

Há, realmente, necessidade de se mostrar para os usuários, para os empresários, para aqueles que se utilizam da estrada que este abuso significa a diminuição da vida das nossas estradas, e, além disso, o abuso que está havendo também com excesso de velocidade dos veículos leves é passível de punição, mas dos veículos pesados, os Srs. que trafegam pelas estradas sabem que, para passar de um caminhão, numa descida, quando o caminhão está em ponto morto, o indivíduo que se cuida, senão ele é passado por cima.

Então, há necessidade de uma conscientização e nós estamos, inclusive, pedindo e apelando e coletando meios, pedindo que a Polícia Rodovia cada vez mais aperte o cerco quanto aos usuários desses veículos, na estrada, para que esses abusos sejam coibidos.

O SR. ENÉAS FARIA — Falará agora o Deputado Jayme Rodrigues Carvalho.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Sr. Secretário, aproveitando a estada de V. Exa., aqui conosco — e para evitar um pedido de informação, através da Casa.

E aliás, diga-se de passagem, já enviei diversos e fui bem atendido por V. Exa.

Não tenho nenhuma crítica a V. Exa., e acho que a recíproca é também verdadeira, porque até agora V. Exa. não me processou.

Eu falo sobre a estrada da minha briga. Eu formulo, se for possível, V. Exa. me responder o seguinte:— Trata-se da famosa BR 272; aliás, a mais bonita do mapa, lá no mapa.

Se o Estado, tendo em vista que a estrada federal — se o Estado, realmente avocou para si, a construção dessa estrada? Qual a situação atual desse projeto. Se pode V. Exa. afirmar, o custo, quanto dispõe agora de verba para a construção e para quando o início da construção dessa estrada?

O SR. SECRETÁRIO — A responsabilidade, Deputado, da BR-272, na realidade não é do Estado.

O Estado constrói, sem ressarcimento, diga-se de passagem, alguns trechos da BR-272, tendo em vista, é claro, prioridades fundamentais para a economia paranaense.

Como foi o caso da Ligação de Mauá-Faxinal, até o Porto Ubá, que é um trecho da BR-272. E construiu também o trecho da BR-272, que vai de Iporã a Francisco Alves.

Aliás, diga-se de passagem, que esse trecho não era da BR-272.

Ele foi considerado pela última edição do Plano Nacional de Viação, como integrante da BR-272, uma vez que eles mudaram a diretriz que anteriormente ia de Goioerê ela vinha em Direção a Francisco Alves.

O DNER, depois, modificou o traçado, passando a diretriz de Goioerê a Iporã, portanto, federalizando um pedaço da BR 272, que já está concluída e o Estado, inclusive não obteve

ressarcimento deste trecho que foi construído pela sua com seus recursos próprios.

O trecho de Francisco Alves-Guaíra, está concluído; deve ser inaugurado no próximo mês com a presença do Ministro e este trecho foi construído pelo Estado, com delegação do DNER e trecho esse cujo ressarcimento nós estamos recebendo normalmente, felizmente.

Bem, restaria então, um trecho que eu acho que é o objeto da sua pergunta, que é o trecho mais comentado no Paraná, da BR-272, que é a ligação Campo Mourão a Goioerê,

O trecho de Campo Mourão a Goioerê, o projeto foi feito, pelo DER, dado o interesse regional que nós temos neste seguimento da rodovia.

Este projeto foi concluído, e entregue ao DNER, para que o DNER colocasse em concorrência.

O ano passado, o DNER, efetivamente, colocou o trecho em concorrência, mas devido a problemas de recursos, eles cancelaram a concorrência, ou melhor, eles fizeram a concorrência, me perdoem se eu não estiver preciso no tempo, mas por março ou abril do ano passado.

E foi passando o tempo, as dificuldades aumentaram, e o DNER quando achou que tinha condições de abrir a concorrência, verificou que o orçamento já estava muitas vezes defasado.

Então anularam a concorrência e abriram uma nova concorrência, agora, esses dias.

Essa concorrência está sendo julgada pelo DNER e deve ser colocada, vamos dizer em ou ser feito o contrato acredito que nos próximos 30 ou 60 dias e segundo informações, eles estariam iniciando a obra no final deste ano, no começo do ano que vem.

Ainda, a respeito da 272, para completar, vamos dizer assim, a sequência desta estrada, existe um trecho que também é importante para nós, porque ele ligaria esta região com a Rodovia do Café por uma via, digamos assim, mais direta, que é Campo Mourão, passando entre Barbosa e Fênix e saindo em Porto Ubá.

Este trecho o DNER contratou o projeto final de engenharia e está em fase, também, de elaboração.

Não temos notícia de quando o DNER colocaria esse trecho na programação rodoviária federal.

Porque este trecho, na verdade, não constou do II PND.

E quanto ao outro trecho que liga Goioerê a Iporã, ainda está em fase de estudo preliminar.

Não sei se respondo à pergunta de V. Exa.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Responde. Quase satisfeito. Só gostaria que V. Exa. me informasse: Feita a concorrência, pelo DNER, aprovada, esta construção será delegada ao Estado, ou o Estado... Existe estudo a respeito?

O SR. SECRETÁRIO — Não.

Não há nada a respeito do assunto, muito embora nós tenhamos interesse, vamos dizer, nessa delegação.

Agora, o problema de delegação é um problema bastante sério, digamos assim, — porque não basta o DNER delegar estradas.

É preciso que delegue, também, o recebimento do dinheiro.

Então, nós temos que ter uma certa cautela, tendo em vista que, hoje, o nosso programa iniciado, aquilo que está programado, praticamente, absorve todos os recursos disponíveis para a Secretaria de Transportes e seria uma temeridade, vamos dizer assim, nós assumirmos compromissos que, diretamente, não são nossos.

Mas, eu acredito que o DNER virá a delegar este trecho, após a realização da concorrência. Não é impossível.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Satisfeito.

O SR. ARAGÃO DE MATTOS LEÃO — Sr. Secretário, na região Centro-Oeste do Paraná, está sendo construída

a estrada Guarapuava — Pitanga — Campo Mourão e nós ouvimos algumas informações do pessoal que trabalha na estrada, que existiria um trecho nessa estrada, de Pitanga a Campo Mourão, ao redor de Iretama, que teria um prazo ainda, de 3 anos para ser concluída a construção.

Então, nós gostaríamos de perguntar a V. Exa. para nos inteirarmos deste assunto, se realmente o prazo para o término da estrada Guarapuava-Campo Mourão, é assim tão grande?

A outra pergunta, seria com relação ao asfalto de Pitanga - Manoel Robas - Ivaiporã, que já está com a terraplanagem pronta há muito tempo, nós gostaríamos de saber de V. Exa. se existe alguma coisa para iniciação das obras?

A outra pergunta, Sr. Secretário, que eu tenho a impressão é a mais importante, é que já há muito tempo temos tentado conseguir da Secretaria dos Transportes, o asfaltamento do Aeroporto de Guarapuava e tomando conhecimento já, que várias outras cidades do Paraná, inclusive, outras de menor porte do que Guarapuava, de menor importância estratégica, geograficamente, os aeroportos já estão concluídos e também tendo ouvido de relance até, se não me engano uma afirmativa de S. Exa., o Sr. Governador do Estado que estaria prestes a iniciarem as obras do Aeroporto de Guarapuava, nós gostaríamos de perguntar a V. Exa., o que, de concreto e tempo de previsão, mais ou menos, exato e, se realmente nós vamos ter, a curto prazo, o início do asfaltamento do Aeroporto de Guarapuava?

O SR. SECRETÁRIO — Eu vou começar pelo fim, porque se o Governador disse que já vai começar, para nós já começou.

O Aeroporto de Guarapuava realmente para nós está sendo iniciado.

Claro que existe uma fase, que é uma fase ainda preliminar de locação, de estudo, que o Departamento Aeroviário está fazendo.

Mas ele consta realmente da programação da Secretaria para a pavimentação.

E se situa numa região que necessita, vamos dizer assim, tem prioridade desse aeroporto, porque ele está na região central sem nenhum campo pavimentado, pelo menos numa distância de cem quilômetros, a não ser Foz do Salto Santiago, Foz do Chopim.

Bom, mas de qualquer forma, Deputado, eu acho que não deve haver preocupação nenhuma porque realmente o aeroporto será executado.

Nós já estamos procedendo àqueles trabalhos preliminares que o Senhor poderá me perguntar: Mas de novo fazendo projeto?

Realmente existia um projeto, mas que era um aeroporto para ser construído digamos, para Guarapuava no ano dois mil.

E nós não podemos, vamos dizer, jogar dinheiro pela janela.

Nós temos que adequar as nossas necessidades às necessidades reais do Estado.

Então o aeroporto será construído, um aeroporto para a viação de terceiro nível, que é o que tem em Francisco Beltrão, em Pato Branco, em Paranavaí e etc.

Bom, quanto a estrada, eu me surpreendo com essa informação que lhe deram que a estrada demoraria mais três anos.

Porque, se ela demorar mais três anos eu tenho a impressão que ela deverá fazer bodas de diamante.

Não é verdade isso. O contrário com a firma empreiteira que não tinha prazo, que era um contrário vamos dizer assim, ainda naqueles contratos antigos, que foi elaborado há muitos anos atrás, foi aditado, de modo que deu prazo para conclusão da obra da implantação básica até o próximo ano, e se não me falha a memória por junho do próximo ano, para, em seguida, nós passarmos a uma segunda fase que é a fase da pavimentação.

ção. Para isso nós já dispomos do projeto de engenharia, de pavimentação do trecho de Pitanga até a Iretama.

O trecho de Iretama a Campo Mourão, nós estamos fazendo o projeto final de engenharia de pavimentação, porque a estrada está totalmente implantada e com revestimento primário, inclusive.

Para o Senhor ter uma idéia de que realmente isto é válido, nós estamos contratando, já está em início de obra todas as pontes do trecho de Pitanga a Iretama. Isto significa que realmente a intenção do Governo é pavimentar a estrada.

Claro que a pavimentação se iniciada no próximo ano ela demorará, pelo menos, uns dezoito a vinte meses, tendo em vista que é uma estrada de primeira classe, uma estrada bastante difícil de execução. Não é uma região plana, é uma região bastante ondulada.

Com respeito ao trecho de Pitanga a Manoel Ribas, que o Senhor perguntou, estes trechos estão sendo contratados através do programa do Banco interamericano de Desenvolvimento. Pitanga a Manoel Ribas, Manoel Ribas até a Sub-Estação de Furnas. Porque nessa Sub-Estação de Furnas até Ivaiporã nós vamos executar um trecho em convênio com a Usina Hidrelétrica de Furnas que para isso vai repassar uma parte de recursos, tendo em vista que ela pleiteou a mais do que aquilo que o Estado pretendia executar.

Então, falta concorrência ainda para o trecho de Sub-Estação de Furnas até Ivaiporã. São cerca de 20 km, por aí. E essa concorrência está pronta para ser publicada. Só não foi publicada porque nós queremos antes a garantia do ressarcimento da parte que corresponde a Furnas, porque nós já temos, às vezes, assinado, ou melhor antecipado a assinatura de convênios e depois o convênio não se realiza e fica-se numa posição muito difícil.

E para completar, vamos dizer assim, a sua indagação, já que está se referindo à região central do Paraná, a região de Guarapuava, eu gostaria de apenas, para que todos tenham conhecimento, a ligação de Pitanga a Guarapuava está sendo executada a pavimentação em dois trechos até Rio Bonito e a pavimentação de Rio Bonito-Pitanga deve sair um edital de concorrência agora, talvez em 30 dias o projeto está pronto e nós só estávamos esperando que a firma empreiteira que está executando a terraplenagem adiantasse mais o serviço, de molde, a permitir a abertura de frente para a pavimentação. As obras de artes também foram todas contratadas, concluídas, de modo que não haverá solução de continuidade.

Eu acredito que até o final do ano que vem, nós tenhamos condições de ir a Pitanga e Ivaiporã, por rodovia pavimentada.

O SR. ARAGÃO DE MATTOS LEÃO — Muito obrigado, Sr. Secretário.

O SR. FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Sr. Secretário, com permissão do meu Líder, queria fazer uma interferência rápida; é uma questão de justiça, dada à modéstia do Secretário, no que foi mencionado aqui, a nossa tão sonhada Rodovia 272 — Campo Mourão-Goioerê, queria só fazer um registro para que ficasse registrado na Assembléia, do empenho do ilustre Secretário Osires Stenghel Guimarães, bem como do Sr. Governador do Estado, para o aceleração desta obra tão importante, para a região, que é a ligação da nossa Rodovia 272 — Campo Mourão — Goioerê. Seria uma questão de justiça, deixar registrado o empenho do Sr. Governador, o empenho do Sr. Secretário que eu acompanhei de perto, para a execução e o aceleração dessa obra tão importante para o nosso querido Estado do Paraná.

Eu queria assim, deixar patenteado nesta Assembléia o trabalho que eu acompanhei, do Sr. Governador que eu acompanhei; do nosso Secretário aqui presente na nossa Assembléia inclusive, propondo ao próprio Governo Federal, que delegasse obras para que o Paraná viesse a conseguir mais um pedaço de asfalto, para o tráfego do escoamento das nossas riquezas que

alimentam todo o Brasil.

Eu quero assim, agradecer de público desta tribuna, o empenho de V. Exa. Dr. Osiris Stenghel Guimarães, para o andamento mais rápido desta obra tão importante para o nosso desenvolvimento.

Muito obrigado.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Secretário.

Há pouco, o nobre representante de Curitiba, Deputado Erondy Silvério, fez uma pergunta a V. Exa., sobre a possibilidade da ligação asfáltica dos municípios de Almirante Tamandaré e Colombo. É evidente, que seria para os dois municípios, interessante esta ligação asfáltica, mas, acredito e vejo que existem regiões mais necessitadas, no que diz respeito ao atendimento do Governo do Estado.

Apenas uma pergunta a V. Exa.: Os dois municípios que fazem parte da Região Metropolitana, apenas esses dois, que têm uma arrecadação não muito grande, não tiveram o Pró-Safra liberados até hoje, pergunto a V. Exa., porque, apenas estes dois municípios não tiveram a liberação do Pró-Safra tão necessário, para a pavimentação de estradas dentro deles.

O SR. SECRETÁRIO — Em primeiro lugar Deputado, eu gostaria de fazer um reparo, o Pró-Safra não é um programa destinado à pavimentação de estradas e sim, à revestimento primário. Mas, de qualquer forma, eu não sei exatamente, quais os municípios, não tenho de cabeça quais os municípios...

O SR. ADALBERTO DAROS — Se V. Exa. permite, acho que V. Exa. não entendeu a pergunta:

Eu disse que o Pró-Safra dos dois municípios não foram liberados, que é a parte de investimento primário evidente, e posso aqui testemunhar a V. Exa., que como político da região sei que apenas, esses dois municípios não foram liberados: Colombo e Almirante Tamandaré.

O SR. SECRETÁRIO — Eu não sei exatamente quais os municípios que foram assinados ou não, evidentemente, que são 200 e tantos municípios, eu não sei todos de cor. Tenho idéia de que Almirante Tamandaré assinou convênio, não tenho muita certeza.

Mas, de qualquer forma, temos algumas normas, algumas regras que são seguidas por ocasião do Pró-Safra,

Aliás, a propósito, parece que, hoje, tramita nesta Assembléia um pedido de informações do Deputado Del Ciel sobre o Programa Pró-Safra, solicita o número de municípios atendidos por esse Programa. E eu prometo esclarecer, com maiores detalhes, porque, francamente, não me recordo.

Posso dizer a V. Exa. que existe, algumas premissas básicas. Não sei se essas premissas teriam sido preenchidas pelas prefeituras para formalização do processo, como mapa rodoviário, indicação de rodovias que interligam municípios, o Chefe do Distrito é suscitado a percorrer o município para ver a rodovia, para evitar que, muitas vezes, se indique rodovias que não sejam de interesse intermunicipal e não sirvam ao objetivo maior que é a circulação da riqueza produzida no município.

De qualquer forma, iremos lhe dar essas informações com maior precisão.

Tenho a impressão que não foram só esses municípios que não assinaram o Pró-Safra.

O SR. ADALBERTO DAROS — São José dos Pinhais...

O SR. SECRETÁRIO — São José dos Pinhais já foi assinado:

Mas, Balsa Nova, Contenda, ainda não assinei, houve qualquer problema. Vou mandar verificar.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência lamentar informar, mas o Sr. Secretário havia marcado para, às 18,00 horas, despachar o Sr. Governador do Estado.

Acreditava S. Exa. o Sr. Secretário que 120 minutos seria o tempo suficiente para concluir o debate com os Srs. Deputados.

Todavia conseguiu S. Exa., contato com o Sr. Governador um adiamento de mais 15 minutos no horário anteriormente marcado.

Portanto, o Sr. Secretário ainda terá 15 minutos com os Srs. Deputados.

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem. Os Deputados do MDB, aqui presentes, e outros que aguardam a sua chamada pela ordem de inscrição, têm ainda uma série de indagações a dirigir ao Sr. Secretário.

Parece-me que são perguntas da mais alta indagação, da maior importância, para a orientação dos trabalhos desta Casa para percepção do que se faz no âmbito dessa Secretaria em relação a nosso Estado.

Todavia, entendemos que a hora é adiantada, mas não se quer perder a oportunidade de ter acesso às informações a esses dados.

Por isso, em diálogo com o nobre Líder do Governo, estamos buscando a concordância das duas bancadas de que essas indagações devam ser dirigidas por escrito a V. Exa. e também serem recebidas, por escrito, as respostas.

Evidentemente que num acordo com cavalheiros esse procedimento se dependia das normas regimentais e constitucionais. Far-se-ia o envio de perguntas via lideranças e se receberia e se receberia, num prazo razoável, as respostas:

O SR. SECRETÁRIO — Perfeitamente Deputado. Eu até gostaria que as perguntas fossem enumeradas, se fosse o caso. Mas eu preferiria aproveitar esta oportunidade para dizer...

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Secretário, se me permite interromper e que não seja indelicado.

O SR. SECRETÁRIO — Pois não.

O SR. ENÉAS FARIA — Todavia, para complementar e desde que V. Exa. concorda com esta fórmula e há consenso na Casa para que este seja o caminho, há entretanto três indagações que são gerais da bancada do MDB e que eu me permitiria endereçar a V. Exa. agora neste momento...

O SR. SECRETÁRIO — Pois não.

O SR. ENÉAS FARIA — ... mesmo que a exigüidade do tempo não permita que seja respondido agora, mas que fique consignada e marcada esta preocupação do MDB com relação a estes três aspectos:

A primeira, Sr. Secretário, eu não sei como encontrar o vocábulo certo, é asfalto de baixo custo, pavimentação econômica, mas que se convencionou no Paraná chamar de "casca de ovo". Com relação a isto, se perguntaria, com relação à sua durabilidade e com relação ao seu custo. Evidentemente, que se estabelecendo um paralelo entre as rodovias de primeira classe.

O SR. SECRETÁRIO — Claro.

O SR. ENÉAS FARIA — A segunda, com relação à dívida que o Estado possui no setor rodoviário, no setor viário.

Quanto devemos hoje dos empréstimos já realizados anteriormente, qual a previsão de débito em face ao que se está acordando e se deverá ajustar no futuro no âmbito nacional quanto no âmbito internacional.

Evidentemente com os demais complementos, condições de pagamento, juros que incidem, as demais taxas que viriam a incidir sobre o principal.

E a terceira é com relação a investimentos do Governo Federal no sistema viário paranaense, Investimento aqui entendido como aplicação de recursos, não empréstimos, não tomadas de recursos para reposição futura, investimento federal realizado nos anos de 75 e 76 previstos para 77 e 78 e, deste total, qual o percentual que representa em relação ao investimento que o próprio Estado tem feito.

O SR. SECRETÁRIO — Perfeitamente, Deputado, eu estou perfeitamente de acordo com a sua sugestão, estava dizendo o seguinte: pediria até que os dois Líderes, muitas vezes, — e já falei isso numa ocasião em que estivesse aqui na Assembléia,

não solicitada informações, às vezes sugestões, que vão à Secretaria e até mesmo se perdem na tramitação burocrática que os Senhores, que militam na vida pública, conhecem, eu gostaria de pedir e o faço, através dos Líderes e através da Presidência, que nos cobrem as respostas.

Porque acho importante, porque eu não admito mesmo que se deixe de dar a informação pedida, seja por quem for e muito mais por um representante do povo na Assembléia Legislativa, seja da Arena ou seja do MDB. Eu, a propósito das três perguntas, é claro que eu não poderia mesmo agora dar todos os dados que o Sr. solicitou mesmo porque eu não os tenho mas uma coisa eu gostaria de frisar dado o seu posicionamento inicial.

Realmente nós estamos procurando fazer pavimento de baixo custo, mas, não estamos procurando fazer pavimento de má qualidade. Eu não aceito, não poderia aceitar, que fosse chamado de "casca de ovo" ou "casca de qualquer coisa", o pavimento que está sendo executado, porque nós temos ...

O SR. ENÉAS FARIA — Secretário, o termo não é meu.

O SR. SECRETÁRIO — Não é, eu sei, a expressão de técnicas novas, de técnicas modernas — nós vamos dar a V. Exa. a informação correta e o Deputado Deni Schwartz que é engenheiro poderá inclusive fazer uma análise e aproveitar até, mesmo, a oportunidade, para convidar os Srs. Deputados que quiserem conhecer, e principalmente aqueles que têm mais vivência do problema, que conhecem o problema de pavimentação, que vão conhecer, que vão conosco aos trechos, verificar — pavimentarmos a baixo custo. Posso assegurar a V. Exa., Deputado Enéas Faria a todos os demais Srs. Deputados, que a nossa preocupação é chamar a atenção também, para todo o Brasil, do tipo de pavimento que estamos fazendo no Paraná, que é adequado à situação como a nossa, à condição de País que está em fase de crescimento e desenvolvimento. Nós não podemos admitir que se construam apenas e unicamente, rodovias de primeira classe. Claro que elas têm a sua posição dentro tanto da economia, como nos planos rodoviários, quanto na situação nacional mas, acima de tudo, nós temos que conscientizar a todos, que, nós ainda somos um País carente de recursos.

V. Exa., quando pediu uma informação sobre o empréstimo, o fez também com muita propriedade, eis que V. Exa. vai ver, exatamente, que, a nossa preocupação não é onerar o erário estadual e principalmente o DER, com empréstimos para construção de rodovias caras, e pegar empréstimos a qualquer preço e qualquer dinheiro, digamos assim. Não precisamos ter um limite de empréstimo que não invalide o nosso programa, e principalmente, que não invalide o nosso programa de conservação, daqui por diante.

E vou repetir mais. Desculpe-me se estou sendo até um pouco agressivo, digamos, quanto a este problema, eis que talvez seja aquilo que nos sensibiliza mais, digamos assim, que, é o problema de construção de estradas de baixo custo. E eu disse inicialmente: rodovia de baixo custo não é rodovia de baixa qualidade, ela é um projeto estudado tecnicamente, utilização de materiais locais, utilização de técnicas modernas de compactação, técnicas estas que se desenvolveram de 5 anos para cá e isto eu explicarei com mais detalhes posteriormente, utilização de classe de rodovia aproveitando tanto quanto possível as estradas existentes — porque V. Exas. que moram no interior, que têm suas fazendas, suas propriedades sabem quantas vezes, uma rodovia é reclamada, pedida, solicitada, chorada até mesmo e, chega na hora da construção, esta rodovia acaba com propriedades, estraga propriedades, enfim, cria tantas dificuldades que passa a ser, digamos assim, um flagelo, ao invés de se constituir em um benefício.

Então nós estamos procurando, principalmente naquela região em que a terra, um palmo de terra é cultivado, eu me refiro inclusive ao Oeste do Paraná, cuja fotografia é conhecida, que saiu em MANCHETE, em VISÃO, de cemitério com soja

plantada. Então, por que vamos exagerar na largura de faixas de domínio, exagerando, vamos dizer, na melhoria de traçados, que muitas vezes são apenas para se ter a glória de se ter feito uma rodovia de primeira classe, ou a glória de se ter feito o melhor traçado do Brasil, o melhor traçado do mundo, ou seja lá o que for.

De maneira que este processo de construção não é, em hipótese alguma, um processo de má construção. É claro, Deputado, e isto eu repito, que nós vamos ter alguns insucessos, mas temos um risco calculado e não é possível que em 2 mil quilômetros de estradas alimentadoras que estejam em construção não haja algum insucesso. Nós sabemos disso, vamos admitir e pedimos até que os Srs. olhem esses insucessos, e que, muitas vezes, nos ajudem até a justificar essa posição que o Estado do Paraná está tomando perante a Nação, perante toda a comunidade rodoviária do País.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Secretário, valendo-me das palavras de que os insucessos existem, o primeiro deles me chega às mãos através de um companheiro de bancada: a estrada que liga Rondon a 4 Pontes. Bastou que se trafegasse por ela um único caminhão para que o leito se destruisse.

O SR. SECRETÁRIO — Em primeiro lugar, digo o seguinte: esta estrada não foi concluída e não foi liberada. Foi aberta por determinação nossa para fazer uma experiência na base que foi executada e, inclusive a bem poucos minutos, falei com o Dr. Hamilton, porque o Deputado Werner Wanderer havia me informado que havia algum problema no leito da estrada. Agora, posso lhe dizer com toda sinceridade e lhe perguntar mais: quanto tempo faz que foi iniciada aquela obra? Pouco mais de 4 meses. A obra está sendo executada, inclusive, por administração direta do DER, como uma rodovia experimental. Então o que eu estou dizendo é exatamente isto: nós temos um risco calculado e nós vamos correr este risco calculado, apesar das críticas, e nós temos que enfrentar estas críticas.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Secretário, vejo com simpatia não a sua agressividade, mas a sua veemência que revela que V. Exa. possa ser um homem apaixonado pelo que faz. A crítica é natural, é válida e salutar, quer me parecer. Apenas volto a ferir a pergunta que já dirigi a V. Exa. com relação ao pavimento de baixo custo. A durabilidade prevista, o custo em relação a uma estrada normal.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência só pede escusas por intervir. As notas taquigráficas registrarão com todos os detalhes as perguntas do eminente Deputado Enéas Faria, e amanhã, ainda na parte da manhã, a Secretaria de Transportes receberá as notas taquigráficas, podendo, portanto, V. Exa., preparar as respostas com base nos detalhes das perguntas formuladas.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Secretário, fui citado nominalmente, e gostaria de por exatamente a minha posição já que fui citado exatamente pela minha posição. Eu quero tornar público, porque é uma posição que tomei dentro da bancada durante uma reunião. Eu felicitei durante essa reunião da bancada, a atuação da sua Secretaria por estar fazendo a casca de ovo. Essa reivindicação já a fazia em 1960, quando pretendia que no Paraná se imitasse o que Jânio Quadros fez em 1958, em São Paulo, e os fracassos eu os debito à falta de "kow-how" e que nós teríamos sentido desde 1960, e que só agora, em atitude louvável, nós passamos a ter. Aos nossos engenheiros toda a fama, e os fracassos é do pioneirismo dentro do Paraná desse tipo de estrada.

Residente no interior, sei que o plano inicial das estradas alimentadoras era simples e puramente de macadamização.

Até o anti-pó é melhor do que macadame, e a casca de ovo, se durar 3 anos, tenho certeza, porque no Sudoeste as cascas de ovo, para que fique bem claro, já trouxeram um rendimento tremendo, porque dois frigoríficos acabam de ir, um em concorrência de outro, para Francisco Beltrão, e para

2 Vizinhos, pela existência das cascas de ovo. Tenho certeza que somente o ICM arrecadado por esses dois frigoríficos dentro de três anos de operação, possibilitarão fazer estradas de melhor categoria.

Quero deixar público, porque já o fiz a nível de bancada, a opinião de quem não é um técnico, nem um engenheiro e, principalmente, de um homem que vive no interior, sofrendo aquelas vicissitudes de andar em estradas de lama, estradas esburacadas. Os buracos da casca de ovo, ainda serão melhores do que os escorregões no molhado.

O SR. SECRETÁRIO — Eu sei que o Deputado Ivo Thomazoni está até muito mais aflito do que eu. Na realidade, marquei uma entrevista com o Governador, tendo em vista que eu me ausento do País quinta-feira, portanto, depois de amanhã.

Mas eu queria aproveitar a oportunidade e dizer ao Deputado Deni Schwartz, o seguinte: se eu tivesse um ovo aqui, na minha mão, na mesa, mas quase todo o mundo conhece isso, e apertasse numa determinada posição, iríamos notar que é impossível quebrar um ovo se apertar na posição, vamos dizer, longitudinal; nas extremidades. Então o problema, se compararmos, é a mesma coisa. Tudo depende da técnica do "Know How". É para isso que inclusive nós estamos nos treinando, treinando engenheiros, procurando conhecer; procurando levantar dados.

Eu queria aproveitar a oportunidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e líderes, dizer o seguinte: Eu, depois de amanhã, viajo para o estrangeiro e vou aos Estados Unidos e depois à França, inclusive ver programas de rodovias concedidas; vou ver uns programas também de novas técnicas de compactação. E claro que vou aproveitar a oportunidade também para dar uma olhadinha nas rodovias de baixo custo, num país como a França, que se assemelha, até certo ponto, à nossa região aqui do Sul do Brasil.

E quero me colocar à disposição e humildemente o faço, e se for o caso, na minha volta se assim desejarem, eu viria aqui para dar contas dessa minha viagem. Porque na realidade essa viagem eu faço com recursos, — muito embora convidado — do Estado e devo prestar contas não só ao meu Governador, ao Governador Jayme Canet Júnior, como a todos os Senhores que representam o povo do Paraná.

E quero dizer aos Senhores que tenho satisfação quando posso vir aqui e conversar, e posso debater esses problemas.

Vamos procurar mandar essas respostas que o Deputado Enéas Faria solicitou; se tiverem mais alguma pergunta que queiram fazer, seja de maneira, vamos dizer, mais global, como são essas três, ou seja, de maneira específica, eu tenho a máxima satisfação em poder responder.

É claro que peço aos Senhores que me desculpem, que desculpem a minha singeleza, a franqueza mesmo com que eu me apresentei a esta Casa. Mas conto sempre com a franqueza de todos os Deputados. Aquilo que nós pudermos juntos fazer, nós faremos melhor do que cada um isolado.

Eu agradeço, portanto, e me despeço com certo constrangimento, devido a esse despacho que foi marcado pelo Governador em exercício.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência, em nome desta Casa, agradece ter tido a oportunidade de ouvir a exposição aqui feita por V. Exa., Sr. Secretário dos Transportes, Dr. Osiris Stenghel Guimarães. E afirma que a afabilidade de V. Exa., a forma altamente democrática com que recebeu as perguntas, as indagações de todos os Srs. Deputados, o credenciam perante este Poder, como um dos homens merecedores do nosso respeito, da nossa simpatia e também do reconhecimento do trabalho gigantesco que vem desenvolvendo à frente daquela Secretaria. E coloca a Casa e as portas deste plenário à sua disposição; estarão sempre abertas para que V. Exa. volte noutra oportunidade. E que tenhamos então, a possibilidade de voltarmos a discutir este problema tão palpitante

e de interesse tão grande econômico e social para o nosso Estado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 14, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 98/77, e de Resolução no.s 01/77, 38/77, 39/77, 41/77 e 247/77;

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 67/77;

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 82/77.

Levanta-se a Sessão.

#### PORTARIAS:

##### PORTARIA NÚMERO 669/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o no. 8588, de 31 de agosto de 1977, deste Poder,

#### RESOLVE:

autorizar, NELSON PRENDIN, ocupante do cargo em comissão, símbolo 3-C, de Assessor de Gabinete, com lotação no Gabinete do Deputado Antônio Facci, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei no. 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta (50) por cento de seus vencimentos, a partir de 1.º de setembro de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 06 de setembro de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

##### PORTARIA NÚMERO 670/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o no. 8094, de 19 de agosto de 1977, deste Poder,

#### RESOLVE:

designar o funcionário GABRIEL BROTTTO, matrícula no. 335, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da 1.a Secretaria, na função de Motorista.

Gabinete da Diretoria Geral, em 06 de setembro de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

##### PORTARIA NÚMERO 671/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o no. 8430, de 29 de agosto de 1977, deste Poder,

#### RESOLVE:

conceder à funcionária IZAIR PEREIRA FLORES, matrícula no. 206, ocupante do cargo de nível PL "17", da Série de Classes de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1977, a partir de 11 de setembro de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 06 de setembro de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

##### PORTARIA NÚMERO 672/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o no. 8584, de 31 de agosto de 1977, deste Poder,

#### RESOLVE:

conceder ao funcionário LELINGTON LOBO FRANCO, matrícula no.

421, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 31 de agosto de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 06 de setembro de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

##### PORTARIA NÚMERO 673/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o no. 8607, de 31 de agosto de 1977, deste Poder,

#### RESOLVE:

designar o funcionário AUREO GOMES DA SILVA, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Erondy Silvério, da Aliança Renovadora Nacional, no período compreendido entre 25 de julho a 31 de dezembro de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 06 de setembro de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

##### PORTARIA NÚMERO 674/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o no. 8616, de 31 de agosto de 1977, deste Poder,

#### RESOLVE:

autorizar o funcionário IVO MACHADO, ora à disposição deste Poder, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei no. 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta (50) por cento de seus vencimentos, conforme solicitação do Gabinete da 2.a Secretaria, no período compreendido entre 1.º de julho a 31 de dezembro de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 06 de setembro de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

##### PORTARIA NÚMERO 675/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o no. 8439, de 29 de agosto de 1977, deste Poder,

#### RESOLVE:

autorizar a funcionária LIZETE BITTENCOURT, ora à disposição deste Poder, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei no. 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta (50) por cento de seus vencimentos, conforme solicitação do Diretor do Departamento Legislativo, a partir de 1.º de maio de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 06 de setembro de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

##### DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 595/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o no. 8588, de 31 de agosto de 1977, deste Poder,

#### RESOLVE:

revogar, a pedido o Decreto Legislativo no. 431/76, de 04 de julho de 1976, que proveu LUIZ FELTRIN, no cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor de Gabinete, com lotação no Gabinete do Deputado Antônio Facci.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 1.º de setembro de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º. Secretário